

**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARIA CLARA SILVA COSTA

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA BANCÁRIA E DA DESIGUALDADE DA OFERTA DE
CRÉDITO NO TRIÂNGULO MINEIRO NO PERÍODO DE 2002-2020.**

UBERLÂNDIA – MG

2023

MARIA CLARA SILVA COSTA

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA BANCÁRIA E DA DESIGUALDADE DA OFERTA DE
CRÉDITO NO TRIÂNGULO MINEIRO NO PERÍODO DE 2002-2020.**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz

UBERLÂNDIA – MG

2023

**UMA ANÁLISE DA DINÂMICA BANCÁRIA E DA DESIGUALDADE DA OFERTA DE
CRÉDITO NO TRIÂNGULO MINEIRO NO PERÍODO DE 2002-2020.**

Monografia aprovada para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 6 de fevereiro de 2023.

Prof. Dra. Vanessa da Costa Val Munhoz (IERI - UFU)

Prof. Dr. Guilherme Jonas Costa da Silva (IERI - UFU)

Prof. Dr. Marcelo Sartorio Loural (IERI - UFU)

AGRADECIMENTOS

Os últimos cinco anos foram os mais significantes e expressivos da minha vida. Mudar de cidade “de repente” e estar longe de casa todos os dias me fez passar pelas situações mais diversas e os maiores aprendizados que poderia viver. Obrigada, meu Deus, por me ensinar a apreciar a beleza em todos os momentos.

Pai e mãe, não há palavras suficientes para demonstrar o amor, respeito e admiração que sinto por vocês. A cada dia que passa vejo o quanto os meus sonhos são também seus e o esforço para fazê-los acontecer são sempre nossos. Obrigada! Espero poder retribuir em algum momento tudo o que são para mim.

Marina, minha companheira no meu primeiro ano de faculdade, quantos momentos inesquecíveis vivemos juntas. Marcela, com suas visitas mensais trazendo cor para minha vida nessa reta final. Vocês são meu espelho, minha inspiração, minhas irmãs muito mais de alma que sangue. Obrigada por tudo!

Ao meu namorado, Sander, não canso de agradecer a Deus por Ele ter nos unido. Obrigada por todo carinho e amor que me transmite. Você me transborda todos os dias.

Aos amigos que construí ao longo de toda minha vida e aos mais recentes, o fardo foi mais leve e mais divertido estando com vocês.

Agradeço a todos os professores que me formaram, pelos ensinamentos e auxílio de sempre. Em especial a minha orientadora, Vanessa, por tanto esforço destinado a mim e trocas semanais de vivência para muito além da faculdade.

RESUMO

Esta monografia visa analisar o comportamento dos bancos em relação aos principais componentes de seus balanços, especialmente a dinâmica da oferta de crédito, em municípios selecionados do Triângulo Mineiro no período de 2002 a 2020. Por meio das contribuições teóricas de Keynes e os Pós-Keynesianos, é examinada a diferenciação entre cidades centrais e periféricas, principalmente no que tange ao comportamento dos bancos acerca da preferência pela liquidez, sendo que essas instituições tendem a conceder mais empréstimos em municípios mais dinâmicos economicamente, portanto, centrais. Posto isso, será possível compreender e comparar essa dinâmica com base em indicadores de acesso bancário, preferência pela liquidez e verbetes constituintes do ativo e passivo dos bancos.

PALAVRAS CHAVE: Crédito; Centro-Periferia; Bancos; Preferência pela Liquidez.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the behavior of banks in relation to the main components of their balance sheets, especially the dynamics of credit supply, in selected municipalities of the Triângulo Mineiro in the period from 2002 to 2020. Through the theoretical contributions of Keynes and the Post-Keynesians, the differentiation between central and peripheral cities is examined, mainly with regard to the behavior of banks regarding the preference for solitary, and these options tend to grant more concessions in more economical municipalities, therefore, central ones. That said, it will be possible to understand and compare this dynamic based on indicators of banking access, preference for the economy and constituent entries of bank assets and liabilities.

KEYWORDS: Crédit; Center-Periphery; Banks; Preference for Liquidity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB - %	23
GRÁFICO 2	Saldo das operações de crédito por controle de capital (R\$ milhões)	24
MAPA 1	Região do Triângulo Mineiro	26
GRÁFICO 3	Produto interno bruto a preços correntes	28
QUADRO 1	Conceitos utilizados nas Estatísticas Bancárias Mensais por Município	32
QUADRO 2	Rubricas do ativo	32
GRÁFICO 4	Acesso Bancário 1 (AB 1)	39
GRÁFICO 5	Operações de Crédito	41
GRÁFICO 6	Concentração do Crédito	42
GRÁFICO 7	Preferência pela Liquidez dos Bancos	43
GRÁFICO 8	Quociente Locacional do Crédito	44
GRÁFICO 9	Participação dos Títulos e Valores Mobiliários no ativo	45
GRÁFICO 10	Aplicações Interfinanceiras de liquidez	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Operações de crédito nos bancos públicos e privados (R\$ milhões)	29
TABELA 2 Renda Média no ano de 2020	37
TABELA 3 Número de Agências Bancárias entre 2002 e 2020 nos municípios analisados	38
TABELA 4 Acesso Bancário 2 (AB 2) em 2010 e em 2020	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: MOEDA, BANCOS E OFERTA DE CRÉDITO SOB O ENFOQUE DE KEYNES E OS PÓS-KEYNESIANOS E O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	10
1.1 Moeda, bancos e oferta de crédito sob o enfoque de Keynes e de Minsky	10
1.2 Sistema bancário e crédito em âmbito regional.....	16
CAPÍTULO 2: BANCOS, A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL E O SETOR BANCÁRIO NO TRIÂNGULO MINEIRO.....	19
2.1. Sistema bancário brasileiro e a evolução do mercado de crédito.....	19
2.2 Ciclos de crédito.....	22
2.3 - Panorama econômico e estrutura do setor bancário no Triângulo Mineiro.....	26
CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS DIFERENCIADAS NO ESPAÇO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO TRIÂNGULO MINEIRO (2002-2020).....	31
3.1 - Fonte de dados.....	31
3.2 – Indicadores Analisados	33
3.3 - Resultados	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

É sabido que os bancos são instituições extremamente relevantes para o funcionamento da economia brasileira. As instituições bancárias são responsáveis pela criação de meios de pagamentos na forma de moeda escritural, e, assim, acabam sendo capazes de emprestar mais recursos do que o disponível em seus balanços na sua posição de reservas, o que configura o chamado multiplicador monetário. É por meio do crédito concedido nesse processo de multiplicação monetária que são financiados os investimentos produtivos do sistema econômico.

No entanto, todos os agentes econômicos individuais possuem graus de preferência pela liquidez, assim como os bancos, o que pode dificultar o crédito, pois esse é uma forma rentável de compor o ativo bancário, porém menos líquido frente à outras formas de composição patrimonial. Assim, essa variável oscila juntamente com as expectativas aos movimentos futuros da economia. Logo, o crédito concedido à população está correlacionado às condições econômicas e à preferência pela liquidez dos bancos.

Bancos com maior confiança atraem uma maior proporção dos depósitos e, com isso, possuem maior facilidade em conceder crédito. A teoria pós-keynesiana de preferência pela liquidez sugere que a preferência pela manutenção da liquidez é maior onde a confiança na expectativa acerca dos rendimentos produzidos por ativos alternativos é menor. Dado que diferenças espaciais em condições econômicas são comuns, nós podemos esperar um caráter espacial para a preferência pela liquidez (DOW, 1999).

Visando compreender as abordagens supracitadas, tem-se como principal objetivo analisar empiricamente o comportamento dos bancos acerca dos componentes dos seus balanços, principalmente na oferta de crédito, na região do Triângulo Mineiro no período de 2002-2020 a fim de examinar a desigualdade no comportamento bancário dos municípios centrais vis-à-vis os periféricos. Posto isso, será possível compreender e comparar essa dinâmica com base em indicadores de acesso bancário, preferência pela liquidez e verbetes constituintes do ativo e passivo dos bancos.

As cidades aqui analisadas serão: Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia. Estas foram escolhidas por serem as microrregiões do Triângulo Mineiro e possuírem grande diversidade entre si.

Neste estudo, o capítulo I se dedicará à revisão do enfoque teórico keynesiano e pós keynesiano, visando especificamente o estudo da economia monetária da produção e a importância da moeda para Keynes, como também a importância do papel dos bancos e da oferta de crédito para o financiamento do investimento.

O capítulo II fará uma descrição histórica da dinâmica dos bancos no Brasil analisando seus ativos e passivos e as estratégias adotadas ao longo do tempo. Por fim, no capítulo III será desenvolvido uma análise exploratória e espacial com dados bancários, econômicos e sociais do período de 2002 até 2020 para os municípios selecionados da região do Triângulo Mineiro.

CAPÍTULO 1: MOEDA, BANCOS E OFERTA DE CRÉDITO SOB O ENFOQUE DE KEYNES E OS PÓS-KEYNESIANOS E O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Nesse capítulo, será desenvolvida a teoria de Keynes e dos Pós-Keynesianos acerca do sistema bancário e seus componentes, como a moeda e os juros. Também será mostrada a economia monetária da produção com enfoque nas ideias componentes da teoria da preferência pela liquidez, além de analisar o sistema bancário na economia moderna. Por fim, essas mesmas variáveis serão compreendidas em âmbito regional com intuito de compreender o papel delas no desenvolvimento econômico dessas áreas.

1.1 Moeda, bancos e oferta de crédito sob o enfoque de Keynes e de Minsky.

A teoria de Keynes (1936) é diferida de outros paradigmas principalmente no conceito da moeda nas economias modernas de mercado, chamada economia monetária, sendo aquela que sofre alterações em motivações e comportamentos dos agentes econômicos diante de ações da moeda. O economista Keynes, em sua obra *“A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”* (1936) aborda o quanto a moeda e as instituições próximas a ela possuem o papel de mudar a forma como as comunidades desprovidas de grandes bens encaram a vida econômica de acumulação de riqueza.

O autor trata em sua redação, que a moeda tem papel de meio de troca e reserva de valor, interferindo diretamente na forma com que os agentes pensam e a produzem. Dito isso, tal ativo não tem neutralidade como defendiam os clássicos, já que se apoiavam na existência de um estado de equilíbrio no nível de pleno emprego, antagônico ao pensamento de Keynes (1936), o qual mostra que é praticamente impossível isso se concretizar, sendo que a sociedade está sempre convivendo com determinado nível de desemprego.

Na economia monetária de produção, os empresários estão sempre em busca de aumentar seus lucros e riquezas em forma de dinheiro. Com uma elevação nesse ganho, eles decidem qual a melhor alocação para esse bem, o que pode ser retido na forma de moeda ou destinado à contratação de novos funcionários ou melhores remunerações.

Análoga a essa visão, é necessário ressaltar que o nível de emprego é decidido a partir do mercado de trabalho, sendo então, o empresário responsável por definir a quantidade de

produção e, portanto, determinar o nível dos salários. Nesse sentido, a moeda faz parte da produção e não é mais apenas um simplificador das operações de compras e vendas.

Ora tratado que são raros casos de equilíbrio econômico dos clássicos, momentos de incerteza passam a ser recorrentes com o passar do tempo. Afinal na maioria das sociedades regidas pela propriedade privada, tem-se uma interdependência entre o agente produtor e o consumidor, já que a produção recai em sua maioria à demanda de terceiros.

Alerta-se para quando se trata não só de um agente produtor, mas sim de empresas, já que, nessa situação, problemas de maior dimensão podem surgir ao se depararem com uma escassez de demanda. Nesse momento então, surge a ideia de contratos monetários para liquidação futura, que dizem respeito à uma proteção da moeda em relação às incertezas, possibilitando liquidez e reserva de valor ao longo do tempo.

Ao atrelar esses conceitos, Amado (2000) mostra que a economia monetária de Keynes é explicada pela união de três pilares: tempo, incerteza e dinheiro. Ademais, para que sejam passíveis de análises bem-feitas precisam estar juntos, já que, separados não possuem valor plausível.

Os contratos acima citados precisam de estabilidade da moeda, já que, quando ela não é bem definida perde a utilidade. Além disso, eles são utilizados principalmente nos processos de produção mais demorados, logo, são firmadas obrigações que garantem a compra de tais produtos.

Esse sistema de contratos é um dos mais importantes facilitadores dos esforços de acumulação de capital e definem o capitalismo moderno, porém, são ao mesmo tempo necessários de atenção e cuidado. A acumulação de riqueza como bens de capital tem um risco muito maior quando comparada às aplicações financeiras, dada maior liquidez delas, que são facilmente revertidas em outros bens (CARVALHO, 2006)

Consoante a isso, os indivíduos podem decidir não consumir toda a renda própria disponível e dessa maneira passam a ter escolhas distintas: conservar o dinheiro na forma líquida ou mantê-lo em um título comprado que seja passível de resgate posteriormente. Os clássicos acreditam não ser possível deixar consumir o dinheiro a não ser para manter tal recurso em um fundo de empréstimo, derivando a ideia de que a taxa de juros advém dessa decisão de consumo. O economista Keynes, por sua vez, contraria tal proposição, defendendo então, a noção de manter ou não a liquidez como determinante da taxa de juros.

Pelo contrário, a simples definição da taxa de juros diz-nos, literalmente, que ela é a recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado, pois a taxa de juros não é, em si, outra coisa se não o inverso da relação existente entre uma soma de

dinheiro e o que se pode obter desistindo, por um período determinado, do poder de comando da moeda em troca de uma dívida. Desse modo, sendo a taxa de juros, a qualquer momento, a recompensa da renúncia à liquidez, é uma medida de relutância dos que possuem dinheiro alienar o seu direito de dispor do mesmo. A taxa de juros não é o “preço” que equilibra a demanda de recursos para investir e a propensão de abster-se do consumo imediato. É o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível. (KEYNES, 1973, p. 174)

A configuração de liquidez oferece a possibilidade de determinar a quantidade de dinheiro que um agente econômico está disposto a manter a uma determinada taxa de juros. A taxa de juros é o prêmio por se renunciar à liquidez, assim, as taxas de juros e os preços dos títulos devem permanecer constantes em um nível tal que o montante fixo exigido por certos indivíduos para ser líquido seja igual à quantidade de dinheiro disponível para satisfazer a demanda especulativa por dinheiro.

As razões que irão reger as tendências de escolha pela liquidez dos indivíduos indicarão sua demanda por moeda, podendo ser geridos por quatro tipos de motivação. A primeira, o motivo transação trata-se apenas da moeda servindo como meio de troca, diferentemente do motivo precaução, que é presenciado em momentos incertos, podendo o agente retardar decisões.

Este motivo está intrinsecamente relacionado com o motivo especulação, que inclui as expectativas dos agentes, os quais podem reter maior montante de dinheiro. O último e mais importante motivo nessa discussão é o motivo *finance*, que indica a demanda por liquidez sendo imprescindível para o investimento. Assim, ao contrário dos gastos regulares, os gastos esperados para realizar o plano, representam uma demanda adicional sobre os saldos ociosos.

Os bancos são tomadores de decisões que objetivam principalmente obter moeda em sua forma mais pura. Esses agentes trabalham numa alocação de recursos com uma dualidade de prioridades entre liquidez e rentabilidade, que são explicadas principalmente pelas expectativas dos bancos sob as condições de incerteza. Victoria Chick (1994) discorre sobre as fases do desenvolvimento bancário, ressaltando como o decorrer do tempo influenciou nas movimentações bancárias e como essas instituições foram caminhando para um desenvolvimento tecnológico.

No primeiro momento, chamado pela autora como “estágio I”, os bancos concentram-se suas ações em atividades de depósitos de poupança, sem a presença de altos balanços de transações. Era notória certa linearidade em depender-se dos depósitos para formar as reservas e assim promover a capacidade de empréstimo. Neste momento, eles representavam uma

ligação entre a poupança e os investimentos, logo, a primeira determinava o grau de investimentos.

No estágio II, os bancos já conquistaram a confiança dos clientes. Assim, os depósitos já não são mais apenas destinados à poupança, pois são também balanços de transações que financiam o consumo, girando entre diferentes bancos. Dessa maneira, tem-se uma cadeia seguindo em reservas, empréstimos e depósitos, nesta sequência. Agora, existe a capacidade de se emprestar valores múltiplos das reservas, mantendo-se uma quantidade mínima delas.

Os depósitos passam a ser meios de pagamento, sendo tanto consumo quanto investimento. Logo, o investimento precede a poupança, já que os empréstimos bancários são extremamente importantes para o financiamento dos investimentos, e, também se equipara a poupança *ex-post* e o investimento *ex-post*.

Em Cavalcante et al (2004, p.12), traz-se uma importante colocação, que passa a ser uma ideia anexa às discussões bancárias a partir desse estágio:

“Quanto maior a habilidade do banco em expandir crédito independente de sua base de depósitos e quanto menor o efeito das saídas de recursos financeiros na preferência pela liquidez dos próprios bancos, menor será a perturbação na disponibilidade de crédito da região.” (CAVALCANTE et. al., 2004, p.12).

O estágio III é marcado pelo desenvolvimento tecnológico com a implementação de mecanismos de depósitos interbancários, sendo essa a única diferença notória quando comparada ao período II. No próximo momento, estágio IV, o Banco Central (BC) já assume a responsabilidade de manter a estabilidade do sistema bancário, assim, os bancos tornam-se mais agressivos, já que contam com a garantia do BC na falta de reservas.

Nesse momento, se tem um acompanhamento maior do setor bancário de acordo com a demanda por empréstimos. A autora supracitada aborda que na década de 70, enquanto esse estágio estava em sua maturação, tinha-se demanda por empréstimos de forma extremamente inelástica e uma oferta de reservas muito elástica, tendo então, maior proximidade do patamar de juros fixos.

No quinto e último estágio de Chick (1994), tem-se a inclusão de um cuidado pelo passivo, já que até o momento se tratava apenas de ajustes pelo lado ativo dos bancos. A partir daqui, tem-se uma preocupação em buscar depósitos que seriam mantidos em outras instituições, logo, é instaurada uma busca pelo aumento do prêmio para ocorrência de tais, se instalando então, a concorrência.

Minsky (1986) continua os estudos pós keynesianos sobre o comportamento bancário, de forma a compreender os fluxos de caixas das instituições a partir da forma como se posicionam e suas composições patrimoniais. Além disso, também procura desenvolver em seu texto algumas ideias a fim de compreender o porquê de as economias serem passíveis de alterações importantes e como essa inconstância pode ser controlada. Dessa maneira, estende a teoria Keynesiana e propõe situações significativas para análise.

Após a Segunda Guerra Mundial, o sistema financeiro foi modificado, de forma a impactar empresas de vários setores. Em uma economia capitalista, é notório o direcionamento dos agentes que priorizam novos investimentos em empreendimentos diferentes, caracterizando esse sistema como um enorme fluxo de entradas e saídas. O financiamento que é necessário para tais investimentos pode ser conseguido de diversas maneiras, como por exemplo, produção e empréstimos.

Assim, Minsky (1986) constrói uma tipologia de agentes financeiros atrelado às suas buscas por posições financeiras. A hipótese da instabilidade financeira é determinada sobre como a dívida impacta o fluxo do sistema e como ela é ratificada. Logo, o alcance dos lucros esperados é determinado pelo investimento, ou seja, a validação do passivo depende do investimento.

Como as posições das empresas em ativos de capital são financiadas por uma combinação de retornos esperados e dívida, existem três tipos de financiamento de posição que podem ser identificados na estrutura financeira do sistema sendo *hedge*, especulativo e *Ponzi*.

No primeiro tipo, há a ideia de o indivíduo conseguir honrar com todas as obrigações financeiras a partir da receita, sendo então, os ativos de capital maiores do que seus passivos financeiros. Dessa forma, essas unidades são capazes de amortizar o pagamento e honrar os juros com seu fluxo de renda.

Na unidade especulativa, que compreende o segundo tipo, se tem os passivos maiores do que a receita esperada em certos momentos, ainda que o valor atual dos retornos esperados seja maior que o das obrigações a pagar durante o período. Aqui, apenas se sobressai no pagamento dos juros, e não na amortização como a anterior, logo, é necessário que se refinance para quitar tal “dívida”.

Ademais, há uma fragilidade se houver uma subida nas taxas de juros, e, em juros flutuantes, ao se pegar empréstimos, a especulação torna-se presente. Já o financiamento *Ponzi* possui uma necessidade de financiamento para cumprir com todas suas obrigações já no curtíssimo prazo, sendo presenciada uma renda praticamente insuficiente. Nesse viés, objetiva-

se que o valor presente de seu lucro líquido ultrapasse os encargos com o passar do tempo. As dívidas dessa unidade são as maiores, de forma que elas vão se alongando ao longo dos anos.

Minsky (1986) defende que o grau de estabilidade dos estados é determinado pelo conjunto das três espécies de finanças das economias. Nesses financiamentos presenciam-se momentos de altos e baixos, e, o autor, mostra que em prosperidade prolongada há uma tendência de passar por épocas instáveis.

Momentos de confiança levam os agentes a aplicarem em ativos arrojados e mais rentáveis, renunciando à liquidez e alimentando uma crescente postura *Ponzi*. Ao contrário, em momentos reversos do ciclo econômico há aumento do custo do endividamento e procura por refinanciamento, além de queda nas receitas. Em situações de maior participação de ideias *hedge*, os movimentos na taxa de juros são limitados, mas, não afetam seu balanço positivo. Nas noções especulativas, maiores taxas de juros podem tornar o capital negativo.

Keynes (1936) já abordava a teoria da demanda especulativa, mostrando que os agentes decidem por manter a moeda em depósitos à vista, no lugar de investirem em ativos de longo prazo, os quais acreditam ter um risco de queda abrupto na rentabilidade. Em certo momento, é possível observar que os bancos passam a competir os depósitos a partir das suas taxas de juros. Assim, deixa-se a noção de perda de capital no longo prazo, já que existem ativos bancários competindo com os títulos do governo à um prêmio rentável e, portanto, gerando reservas e trazendo paridade no balanço de pagamentos.

Minsky (1986) formulou a ideia de que os estágios de otimismo são acompanhados de uma expoente vulnerabilidade. Em um sistema dominante *hedge*, a estrutura das taxas de juros permite obter lucros através da celebração de acordos especulativos. A introdução de termos especulativos em um sistema cujas unidades são fortemente protegidas aumenta a demanda pelo ativo e, portanto, aumenta o valor dele, mostrando então, um ganho de capital.

O Sistema de Realização e Antecipação de Ganhos de Capital é um ambiente propício para a especulação e o financiamento *Ponzi*. Passados os momentos de crise, banqueiros e empresários com dificuldades econômicas afastaram-se das finanças especulativas e dos esquemas *Ponzi*. Além disso, o autor mostra que nesse mesmo momento, os lucros aumentam sobre os investimentos, dado que os déficits do governo mantêm as rendas e os empregos, o que reduz o ônus do financiamento externo para posições de ativos patrimoniais. Enquanto isso, o refinanciamento a taxas mais baixas após a crise permite a conversão de dívida de curto prazo em ações e dívidas de longo prazo. Junto com isso, a dívida pública passou a integrar as carteiras dos bancos e outras instituições financeiras, o que reduz o risco de inadimplência do sistema bancário e financeiro.

De fato, nesses períodos os investimentos e o nível de endividamento aumentam, além do que, após períodos de otimismo, uma crise aparece como uma demonstração de sua própria fragilidade. Assim, como já pregava Keynes (1936), em um futuro incerto, os agentes possuem uma maior preferência pela liquidez, influenciando nas decisões de consumo ou investimento.

Quando as expectativas dos indivíduos são modificadas, o comportamento também se altera, afetando os setores industriais/produtivos e financeiros, dessa forma acabam por alterar a estabilidade do sistema, independentemente do mesmo se encontrar em fases ascendentes ou descendentes. Como resultado, a qualidade do crédito gerado é significativamente reduzida.

1.2 Sistema bancário e crédito em âmbito regional

Amado (1998) aborda o sistema financeiro no Brasil e em suas regiões, com uma abordagem pós-keynesiana de incerteza, tempo e moeda, seguindo os modelos apresentados por Chick e Dow (1988). O autor adaptou essas abordagens à questão regional brasileira, a fim de analisar a dinâmica financeira do Brasil. Dow (1982) explica que economias contemporâneas possuem maiores multiplicadores monetários devido as boas expectativas acima dos preços dos produtos financeiros.

Os municípios centrais costumam estar enquadrados em situações de pouca incerteza, diferentemente dos periféricos. Além disso, conseguem suprir as necessidades de investimento com os próprios empreendedores da cidade, presenciando-se um caráter revolucionário, o que é repassado às cidades não centrais, as quais se adaptam às ideias, mas não as criam.

Nas regiões periféricas, tendo como noção as explicações anteriormente citadas, nas condições incertas em que se encontram, a preferência pela liquidez passa a aumentar. Isso se dá pela inevitável busca por precaver os riscos nos quais se pode estar exposto, ou melhor, pelo motivo precaução já abordado por Keynes (1937). Por basicamente os mesmos motivos, os bancos periféricos também possuem esse comportamento, logo, a concessão de crédito nesses ambientes é mais difícil que nos centrais, limitando um maior desenvolvimento.

Os bancos compõem suas reservas por meio do BC, que disponibiliza as reservas compulsórias, e pelas expectativas dos bancos, com suas reservas voluntárias. Amado (1998) mostra que as diferenças estruturais observadas nas diferentes regiões brasileiras levam a uma dinâmica que alimenta os círculos viciosos, ampliando a desigualdade regional. O BC opera em contramão ao que os bancos periféricos costumam fazer, com o objetivo de quebrar tais ciclos.

Chick e Dow (1988) mostram que um forte crescimento em uma região aumenta a eficiência marginal do capital naquele local, o que atrai mais investimentos para aquele espaço.

Para isso é fundamental a livre circulação de capitais afinal, a demanda excessiva por fundos para empréstimos em uma determinada região é substituída por um influxo de recursos de outras regiões, ajudando a equalizar as taxas de desenvolvimento regional.

As diferenças observadas nas taxas de crescimento econômico entre as regiões são, portanto, atribuíveis a níveis inadequados de poupança e investimento em locais individuais. Com isso, o investimento deve ser poupado antecipadamente ou aguardar o fluxo de poupança entre as regiões, resultando em pouco, ainda que temporário, desenvolvimento e crescimento econômico da região, reduzindo sua capacidade de atrair capital financeiro.

Em espaços de incerteza, os indivíduos que se encontram em cidades periféricas tendem a buscar ativos centrais, já que podem oferecer melhor prêmio e maiores certezas. Esse movimento faz com que o valor dos ativos periféricos seja diminuído e os ativos centrais fortalecidos. Dessa forma, é ratificado o investimento desigual de recursos, concentrando maior valor no centro, e, portanto, por demonstrar maior estabilidade, alimenta esse ciclo.

Dow (1987) ainda nessa mesma perspectiva, apresenta que cidades periféricas preferem reter liquidez porque as fixam em bancos menores, ou seja, dessa região, retêm mais liquidez do que os já consolidados, dado que pode ser necessário mais crédito para suprir as despesas. Essas instituições tendem a manter reservas superiores ao necessário e conseqüentemente reduzem a concessão de empréstimos, o que gera vantagem aos bancos centrais.

Na periferia, quando a demanda do centro por produtos primários é aumentada, tem-se conseqüentemente uma ampliação do investimento direto nesse setor. Porém, instituições e negócios voltarão ao seu estado original quando o crescimento desacelerar e, mesmo com aumento dos investimentos, organizações financeiras periféricas tendem a manter os ativos provedores de liquidez do centro, em vez dos seus próprios. Cavalcante et al (2004) p. 12 explicita bem esse movimento:

“Em um ambiente de incerteza crescente, bancos nacionais podem emprestar menos para a periferia dada sua estrutura econômica e o remoto controle sobre as suas filiais. Bancos específicos da periferia, por sua vez, irão preferir manter um nível de reservas mais altos e restringir os empréstimos locais, colocando-se em uma posição de desvantagem relativa e encorajando a concentração bancária no centro.” (CAVALCANTE et. al., 2004, p.12).

Dow (1987) mostra que o problema aqui tratado não é somente a burocracia para os investidores periféricos obterem crédito, mas, para além disso, trata-se de um comportamento geral de fortalecer os ativos centrais e fazer o contrário com os da própria região, o que de certa forma influencia negativamente os espíritos dos empreendedores. Assim, os incentivos

financeiros fornecidos pelo desenvolvimento regional fazem com que certas comunidades desenvolvam características totalmente divergentes.

Trazendo a análise teórica sobre a atuação bancária em âmbito regional para análise dos municípios da região do Triângulo Mineiro, poderemos observar se o movimento financeiro se difere entre municípios economicamente e socialmente desiguais. Acredita-se que haja uma grande desigualdade na oferta de crédito na região, sendo que municípios centrais concentrariam a maior parte do crédito, ao passo que municípios periféricos ofertariam uma parcela menor do crédito total da região, esse será o tema de estudo dos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: BANCOS, A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO NO BRASIL E O SETOR BANCÁRIO NO TRIÂNGULO MINEIRO

O capítulo a ser iniciado vem com a intenção de apresentar a evolução do setor bancário brasileiro entre os anos de 2002 à 2020 e como se comportou a oferta de crédito em todo país, analisando os ciclos do crédito presenciados no período analisado. Finalmente, começa uma análise acerca da economia do Triângulo Mineiro e a forma como o setor financeiro se mostra na região, analisando o papel dos bancos públicos e privados, além de condicionantes sociais e econômicos.

2.1. Sistema bancário brasileiro e a evolução do mercado de crédito

Em meados de 1995, existiam garantias contidas do governo brasileiro às despesas de bancos, que faziam com que estes pudessem conceder crédito de forma abrupta, acarretando um aumento no valor dos ativos por eles oferecidos. Dessa forma, houve uma valorização dos balanços dessas instituições e conseqüentemente uma subida ainda mais forte da quantidade de empréstimos concedidos.

Porém, como já abordada a questão dos momentos de incerteza, começou a aparecer certo grau de pessimismo acerca do cumprimento das obrigações dos bancos, logo, notou-se uma piora nos balanços desse setor e queda no preço dos produtos ofertados por eles (PUGA, 1999).

O setor bancário brasileiro não estava em sua melhor fase em 1995, sobretudo em função do fim dos ganhos inflacionários dos ativos dos bancos. Esse setor se encontrava em um estado de necessidade de liquidez, juros altos e choques externos, além da inadimplência no ramo que resultou em um estado de fragilidade macroeconômica no Brasil.

Uma dualidade de comportamentos se concentrava no sistema financeiro, sendo que, com um longo tempo de alta inflação, o setor se expandia, mas, ao mesmo tempo, perdia-se nos benefícios da intermediação bancária, enfraquecendo as instituições mais propícias ao declínio. Paralelamente ao Plano Real, a estabilização monetária propôs uma disparada na quantidade de concessões de crédito, gerando boas expectativas e, em um movimento cíclico, aumentou os gastos. De forma a prosseguir a um aumento da dívida, criou-se um cenário propício à ocorrência de uma crise financeira, logo, para estancar o que estaria por vir, foi instituído um processo de reestruturação financeira no país (CUNHA, 2003).

Esse regime ocorreu por meio do processo de ampliação da concentração e da internacionalização bancária, além de se adequar aos ideais do acordo da Basileia¹, que tinha algumas exigências para o funcionamento das instituições financeiras. Atrelado a isso, reduziu-se a participação pública e o capital estrangeiro, o qual já possuía extrema relevância para o país e para suas movimentações bancárias.

O fim dos ganhos inflacionários teve impacto significativo sobre os lucros dos bancos, o que comprometeu uma série de balanços bancários, a liquidez e solvências de muitas instituições. Diante de possíveis corridas bancárias e falências, o governo adotou alguns programas para recuperação financeira dessas instituições.

A exemplo disso, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) foi fundado para financiar instituições que adquiriram bancos privados em déficit. Dessa forma, o Banco Central arcou com os débitos irrecuperáveis desses bancos, e custeou a aquisição dos passivos e ativos recuperáveis pelos compradores. Com o lançamento do Proer, a quantidade de bancos foi diminuída, dado as circunstâncias de aquisições e funcionamento do projeto (ARIENTI, 2007).

Os bancos estaduais não possuíam muitas restrições acerca de como lidar com seus empréstimos, e, mesmo que com limites, essa posição não era totalmente respeitada. Dessa forma, os estados em inadimplência não conseguiam arcar com suas obrigações, o que remetia à uma necessidade por liquidez. Nessa situação, o BC tornava-se sitiado a sanar essas dificuldades, movimentando-se por operações de redesconto, emprestando liquidez ou mesmo aplicando-a no mercado, o que levava às dificuldades no cumprimento da política monetária.

Visto essa situação, para atender essa depressão, foi criado o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) que tinha como premissa diminuir a atuação do Estado nas instituições financeiras e reduzir a dívida pública. Consistia em financiar toda a reestruturação, com a promessa de adoção de algumas ideias, as quais poderiam ser a liquidação, a privatização, a transferência para o Governo Federal, ou mudança para uma agência de desenvolvimento. Essas razões se firmavam na ideia de promover maior concentração bancária, e, se não fossem cumpridas, seria transferido apenas metade do necessário para recuperação e o restante, o governo estadual arcaria (ARIENTI, 2007).

¹O acordo de Basileia diz respeito a um encontro mundial destinado a discutir e fundamentar as melhores regulamentações para proporcionar estabilidade das instituições financeiras. Além disso, é um dos objetivos melhorar a competição entre os bancos internacionais. A participação do Brasil busca levar a conjuntura econômica que o país se encontra a fim de conciliar todas as regulações com o contexto da nação. O primeiro acordo, feito em 1988, defendeu uma quantidade mínima de capital para os bancos a fim de diminuir o risco do crédito, o que foi melhorado em 1996 incluindo a garantia do risco do mercado.

Ainda era preciso enfrentar as dificuldades dos bancos públicos federais, principalmente a Caixa Econômica Federal - líder na concessão de crédito habitacional e infraestrutura - e o Banco do Brasil – importante no financiamento da agricultura e comércio exterior. No final da década de 1990, o Banco Central começou a analisar o momento em que esses bancos estavam e qual a situação se encontravam e, observou-se a existência de uma obrigação de capital derivada da existência de empréstimos ilíquidos e/ou difíceis de cobrar. Durante essas revisões, a regulamentação do BC tornou-se mais firme, o que apertou os critérios de concessão de crédito e constituição de reservas, o que evidenciou as falências desses bancos. Nessa necessidade, criou-se o PROEF (Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais) que visava orientar essas instituições a se adaptarem as novas regras (CUNHA, 2003). Estes programas foram muito importantes para a reestruturação das organizações financeiras no Brasil, mas, ainda existia uma demanda para a ampliação da atuação dos bancos internacionais no país, o que sempre foi restritivo por parte da legislação brasileira. Apenas em 1995 os bancos estrangeiros puderam operar aqui, o que foi defendido com o objetivo de se responsabilizarem pela promoção de um aumento da concessão de crédito, além de concederem maior agilidade, segurança e tecnologia.

Com essa entrada, a concorrência passou a ser uma preocupação para o setor, fazendo com que os *players* estivessem mais sujeitos a buscarem novidades e a oferecer mais eficiência nos serviços, além de diminuir as despesas bancárias e facilitar a aquisição do crédito.

Os bancos estrangeiros tomaram o mesmo caminho que os bancos nacionais, de forma a não arriscar no momento de incerteza em que viviam e preferindo manter a liquidez em maiores índices. Além disso, com o acordo de Basiléia, o setor passou a investir em títulos do governo federal enquanto diminuía as operações de crédito, o que só foi concretizado graças à política econômica vigente.

Tomadas todas essas medidas, a despeito da diminuição da quantidade de bancos nesse período, eles tiveram um aumento de 71% no total de ativos e 61% no patrimônio líquido. Os bancos federais e estaduais, com a federalização do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e a privatização do Banco Meridional em 1997, tiveram uma diminuição da quantidade de operações de crédito. Nessas medidas, o Governo Federal receberia créditos do Banespa e este ganharia títulos públicos federais, o que nesse momento fez com que o tamanho das operações de crédito do banco caísse em mais de 20 bilhões de dólares em seis meses. Em se tratando apenas das instituições estaduais, as privatizações do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal), além da venda do Banco do

Estado de Minas Gerais (Bemge) e do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) diminuíram sua participação no sistema financeiro (PUGA, 1999).

No que tange os bancos privados nacionais, em 1994, suas participações foram diminuídas em mais de 10% do volume total de depósitos dos bancos múltiplos e comerciais. Por outro lado, os públicos foram os mais ascendentes na captação nesse período. Ao final da década de 1990, as instituições privadas eram responsáveis por grande parte das operações ativas e passivas do setor, ainda que fosse presenciada a entrada dos bancos estrangeiros. Tal fato foi possível graças a privatização dos bancos estaduais já citados, que foram todos, exceto o Bandepe, comprados por instituições privadas nacionais.

2.2 Ciclos de crédito

Após o processo de reestruturação bancária implementada no final da década de 1990, tinha-se uma expectativa de melhora no setor bancário brasileiro a partir de uma maior competição e, portanto, melhorias individuais nos bancos que levariam à uma maior concessão creditícia e desenvolvimento econômico. Porém, é constatado que o Brasil teve pequenos espaços de tempo em que um alto rendimento se concretizou e não um gradativo crescimento ao longo do tempo.

Pela grande influência das crises financeiras iniciadas em países desenvolvidos e sentidas por países periféricos, o ano 2000 iniciou-se com uma diminuição na participação do crédito em relação ao PIB até meados de 2004, além de um alta de emissões de títulos pós-fixados aumentando, portanto, a razão dívida pública/PIB.

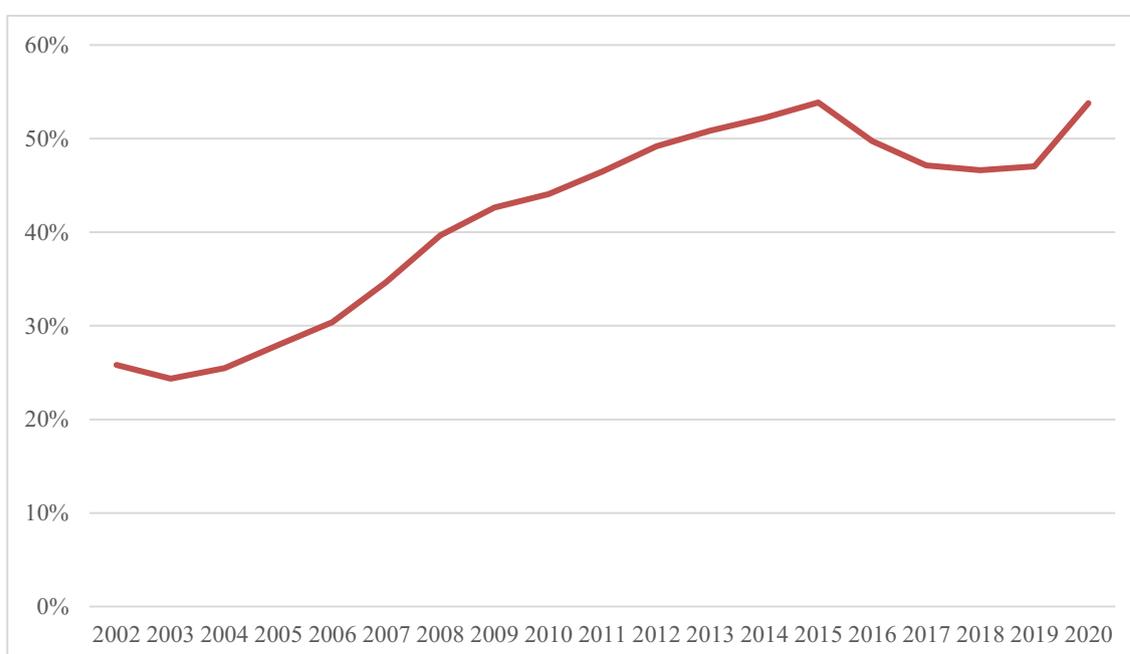
Como pode ser observado no gráfico 1, a porcentagem do crédito em relação ao do PIB estava abaixo dos 30% e, em sua maioria, encontrava-se em momentos de queda da participação até 2004. A partir daquele ano, começou um crescimento significativo nessas operações, com um ritmo diminuído a partir de 2008 devido à crise do *subprime*. Entretanto, é notório que tais operações estiveram sempre em alta até 2015, momento no qual o Brasil inicia um período de recessão.

Os empréstimos concedidos no início do século atual foram importantes para o consumo das famílias, dada a existência do crédito consignado e pelo desenvolvimento do país. Esse movimento foi alcançado principalmente pela introdução do crédito consignado pela Lei 10.820/20036 que concedeu aos trabalhadores inter-relacionados, aos sindicatos e aos servidores públicos e aposentados a possibilidade de obtenção do crédito bancário a um nível mais baixo de taxas de juros (MORA, 2015).

No ano de 2020 houve um aumento nas operações de crédito em relação ao PIB, o que foram as medidas emergenciais adotadas pelo Governo Federal em razão da pandemia da Covid-19, que dificultaram a geração de renda dada as diversas situações de necessidade de manter-se em casa para evitar maior contágio da doença.

Essas ações e projetos criados nesse período foram de extrema importância para manter a liquidez e funcionamento do mercado de crédito, sendo que tanto pessoas físicas como empresas foram beneficiadas por tais ações, as quais tiveram mais acesso aos empréstimos com mais baixas taxas de juros. Esse movimento é concretizado quando se tem uma sensação de risco em meio a essa crise, o que realmente firmou-se em menores juros, o que mostrou, portanto, uma tomada de decisões contracíclica do Estado, que foi, então em direções opostas às do mercado (BCB, 2021).

Gráfico 1 – Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB - % (2002-2020).



Fonte: BCB

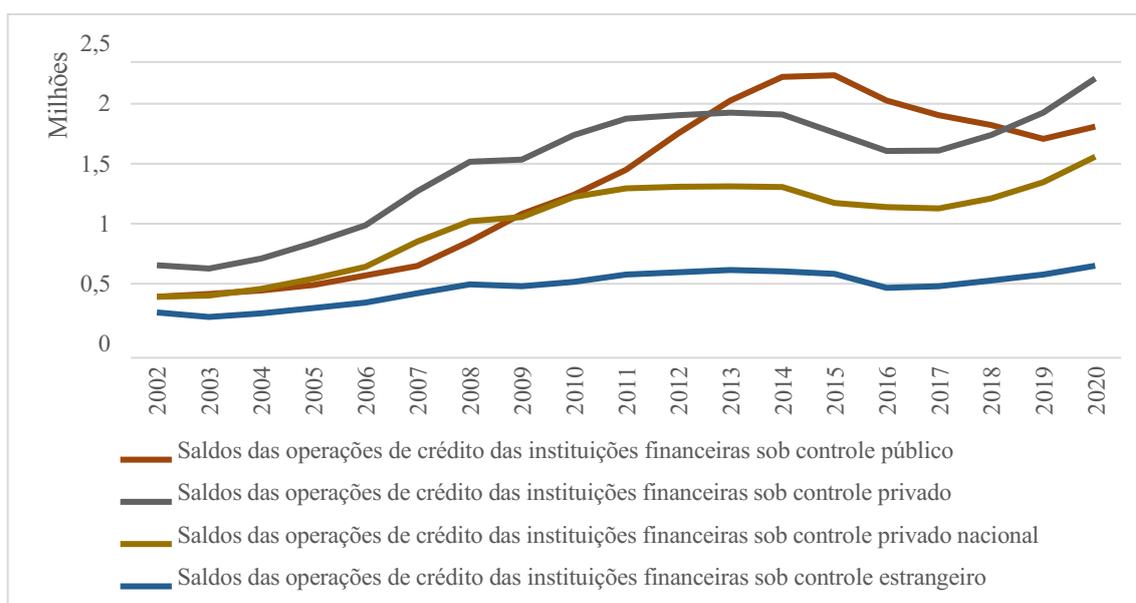
Com uma concepção de altos rendimentos e um mercado doméstico mais forte, as instituições financeiras destinaram mais energia para a expansão do crédito, impulsionadas pela crescente demanda e com spreads² ainda elevados. Desde 2007, o crescimento da economia

² O spread bancário trata-se da diferença entre as taxas de juros das operações de crédito do sistema financeiro e a taxa de aplicação e de captação no mercado.

juntamente com o do mercado interno, impulsionaram a produção empresarial e aumentaram a procura por empréstimos comerciais.

O gráfico 2 registra as operações de crédito ocorridas na época a ser analisada e diferencia a quantidade oferecida por bancos públicos e privados.

Gráfico 2 – Saldo das operações de crédito por controle de capital (R\$ Milhões) (2002-2020).



Fonte: BCB *Deflacionado com base no IPCA em 2020.

Entre 2003 até 2008, o Brasil foi marcado por um cenário de otimismo na economia brasileira, presenciando-se uma balança comercial favorável dado a grande exportação de produtos primários, além de uma inflação relativamente equilibrada e, portanto, uma queda na taxa de juros.

No final de 2007, com o início dos efeitos da crise do *subprime*, a taxa de juros voltou a subir no Brasil, o que foi justificado pelo Governo como resultado dos impactos inflacionários de demanda. Entretanto, na realidade, o que foi percebido era que essa alta adivinha dos choques dos gastos, devido ao aumento do câmbio, ou seja, pelo momento de diminuição de liquidez no exterior (CORRÊA E DOS SANTOS, 2013).

Esse período foi marcado por uma maior expansão do crédito concedidos pelos bancos privados. Mesmo assim, os bancos públicos tiveram papel importante para estimular um crescimento forte do consumo, de forma a ser concretizado principalmente pela concessão de créditos a pessoas físicas por meio do crédito consignado.

De 2008 até 2010, o Estado mostrou-se mais atuante na economia de forma a admitir uma postura anticíclica, com uma tentativa de diminuição dos juros. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a Caixa Econômica e o Banco do Brasil tiveram importante participação no volume de empréstimos para os setores agrícola, construção civil e indústria no período.

A partir de 2011, o Governo diminuiu seus gastos, além de reduzir também suas aplicações, passando a estimular os investimentos privados. Neste momento, os empresários não acatam totalmente tais medidas e, portanto, esfria o desenvolvimento da economia e, com isso, traz um estado de piora para o país.

Os anos 2015/2016 foram mais rígidos fiscalmente, estagnando uma dificuldade no crescimento econômico. Isso foi justificado pela lentidão recorrente após 2013, com gastos públicos abruptos, o que seria um argumento para não investimento dos empresários, dada condições incertas. Esse período é marcado por uma piora no emprego e na renda, além de uma dificuldade na atuação dos bancos públicos como bons emprestadores. Nesse instante, passaram-se a conceder mais empréstimos que antes haviam deixados de serem concedidos, seguindo na mesma tendência até 2019.

O início do governo de Michel Temer, em 2016, e em seguida a posse de Jair Bolsonaro, em 2019, foi marcado por ações de cunho mais liberal, com uma lenta recuperação advinda principalmente da alta progressiva do emprego informal e dos empréstimos dada baixas taxas de juros.

Em 2020, é possível observar uma subida nas operações de crédito, isso pelas ações governamentais visando suprir a crise da Covid-19, principalmente pela concessão do auxílio emergencial. Além disso, na questão do emprego e do auxílio as empresas, principalmente as de pequeno porte, foram criados programas governamentais de crédito, que são: i) Programa Especial de Suporte ao Emprego (Pese); ii) Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); iii) Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac-FGI). Esses programas foram consolidados em julho de 2020 criando o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE). Mesmo com a criação destes programas, não foi suficiente para que as empresas de menor porte conseguissem incorporar tais benefícios, como é atestado no trecho seguinte:

No período em análise, não houve paralização das operações de crédito, como observado em outros momentos agudos de crise, a despeito do forte crescimento da incerteza, em especial nos primeiros meses. (...) No caso das grandes empresas, o aumento de demanda foi atendido por operações de mercado regulares. Isso ocorreu a partir de estratégias e avaliações de risco das instituições bancárias, com destaque

para privadas, tendo certamente sido facilitadas pelas medidas e liberação de liquidez e relaxamento de capital, e estimuladas pela flexibilização das regras de provisionamento. (...) Isso não se pode afirmar do segmento de pequenas e médias empresas. Há fortes indícios que apontam o não acolhimento da demanda por crédito desses agentes, sobretudo nos primeiros meses, mais críticos, marcados por uma elevada incerteza. Os dados de novas contratações e renovações apontam a menor participação destes agentes no acesso aos recursos negociados no período. Se esses agentes têm e tiveram, com mais força naquele momento, mais restrições ao acesso de recursos nas operações regulares de mercado, no que concerne a volumes e preços, fizeram-se fundamentais os recursos dos programas (MENDONÇA et al., 2020, p. 18).

2.3 - Panorama econômico e estrutura do setor bancário no Triângulo Mineiro.

A região escolhida para ser analisada nesse estudo foi o Triângulo Mineiro, localizada em Minas Gerais. A escolha se deve pela própria localização da Universidade Federal de Uberlândia, mas também por ser uma região caracterizada pela dinâmica centro-periferia desenvolvida no capítulo 1 desta monografia. O município de Uberlândia polariza demais municípios em seu entorno, sendo um local de dinamismo econômico e médio-alto porte de desenvolvimento. Trata-se de uma das regiões mais produtivas do país, com destaque para o setor do agronegócio. As sete cidades que serão tratadas nesse estudo foram escolhidas por se tratarem das microrregiões do Triângulo Mineiro e estão destacadas no mapa 1.

Mapa 1 – Região do Triângulo Mineiro.



Fonte: Google Maps

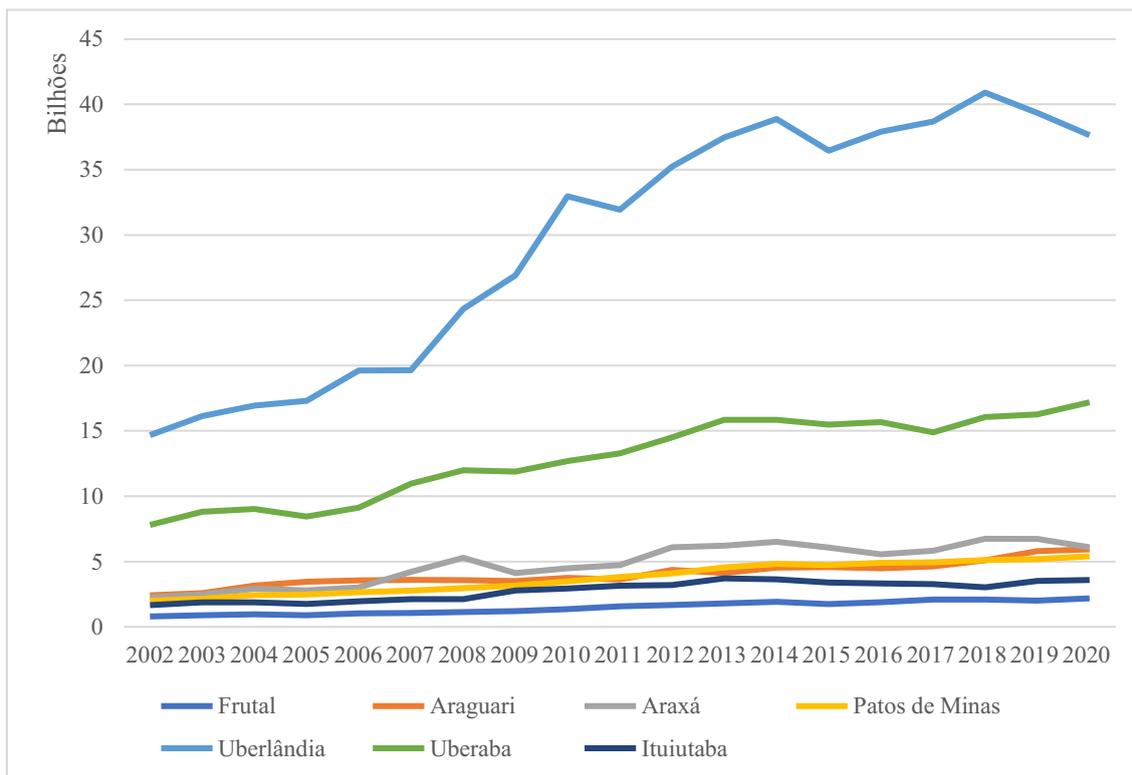
O Triângulo Mineiro teve sua participação econômica realmente efetiva apenas quando a economia de todo o país se consolidou, não possuindo um setor de destaque produtivo, como pode ser corroborado na seguinte passagem:

“Como ponto de partida, pode-se afirmar que estudar sua dinâmica regional é, antes de tudo, construir sua inserção no tempo e no espaço dos grandes fluxos demográficos, de bens e de mercadorias, com início na economia colonial e subsequentes desdobramentos na nascente economia nacional.” (GUIMARÃES, p.31)

A formação econômica dessa região se deu inicialmente mediante à exploração mineral, e articula-se entre os movimentos do setor em estados do Centro-Oeste e em São Paulo, já que esta faz divisa com três estados importantes para o desenvolvimento do país. Sendo o Triângulo Mineiro intermediador desses estados, as inovações provenientes deles passam pela região que logo apropria-se dessas tecnologias. Assim, a economia dessa região formou-se com uma ideia de grande diversificação de investimentos, sendo estes destinados principalmente ao agronegócio.

No gráfico 3 está retratado o PIB de cada município a ser analisado nesse estudo. A cidade de Uberlândia aparece como destaque se destoando em relação aos demais municípios. É importante recordar que no início da formação econômica da região, Uberaba era promissora como destaque, porém, o que mudou essa condição foi a chegada da Ferrovia Mogiana, que, se estendendo até Uberlândia e Araguari deu espaço para essas cidades se consolidarem. Uberlândia, por sua vez, foi a que mais se impôs sobre tais, tendo para si o segundo maior PIB de Minas Gerais, ficando atrás apenas da capital, de acordo com a Fundação João Pinheiro.

Como já explícito anteriormente, os movimentos econômicos observados no período aqui analisado e as cidades do Triângulo Mineiro seguem a mesma trajetória. Uberlândia sofre mais oscilações e é possível ver claramente os movimentos de recessão e crescimento econômico. Uberaba, vindo em segundo lugar, sofre menos variações ao longo do tempo e, no final do período, consolida-se com um PIB de aproximadamente 16 bilhões de reais. Os demais municípios são semelhantes e se mantêm com um crescimento vagaroso e prolongado, além de não ser possível identificar grandes mudanças no PIB em momentos de crises.

Gráfico 3 – Produto interno bruto a preços correntes (R\$ Bilhões) (2002-2020).

Fonte: Fundação João Pinheiro

Isto posto, para investigar a relação entre variáveis econômicas e financeiras do Triângulo Mineiro, é importante observar a estrutura bancária da região, mais especificamente o papel dos bancos públicos e privados e a participação deles no setor.

Os bancos públicos federais, que são naturalmente mais competitivos não têm essa característica de competitividade apenas devido à possibilidade de captar fontes estáveis de recursos a baixos custos, sendo importante também considerar outros movimentos para compor essa consolidação no mercado.

Embora os bancos públicos tendam a operar com menos eficiência, eles têm oportunidades de financiamento mais baratas do que os bancos privados. A criação de bancos privados faz com que haja mais competição do que quando ocorre o mesmo movimento com os bancos públicos. Não obstante, ainda não há explicações para o porquê de os bancos privados seriam mais pró-competitivos.

As instituições financeiras públicas são geralmente responsáveis pela função de bancos sociais, os quais não visam tanto lucro, e, no caso, exercem operações as quais não seriam realizadas pelos privados, evitando, então, que setores pouco financiados pelo setor privado deixem de se desenvolver pela falta de investimento. Além disso, ainda tem papel de ampliar a

liquidez no mercado e promover concorrência entre as instituições financeiras. Esse comportamento dá segurança para os investidores produtivos buscarem cumprir projetos de longo prazo, como os de infraestrutura. Já os bancos privados não têm apetite para esse tipo de risco, sendo que, buscam financiar projetos mais “baratos” que estejam com certa garantia de pagamento.

Os bancos públicos podem vir a ofertar prazos e taxas vantajosas a certos setores a fim de promover o crescimento econômico, além de intervir no mercado quando recessões e crises alagam a situação do país, o que, indiretamente, faz com que o setor privado diminua as boas expectativas acima do desenvolvimento econômico. Ademais, o setor público tem maior capacidade de adentrar em espaços geográficos que não eram atraentes para o outro segmento.

Na tabela 1, é possível observar como é o comportamento dos bancos públicos e privados na região do Triângulo Mineiro, com dados retirados do mês de dezembro de 2020.

Tabela 1. Operações de crédito nos bancos públicos e privados em milhões de reais (dezembro/2020).

Bancos	Araguari	Araxá	Frutal	Patos de Minas	Uberaba	Uberlândia
Banco do Brasil	R\$339	R\$380	R\$614	R\$448	R\$1.011	R\$3.405
Caixa Econômica Federal	R\$610	R\$644	R\$503	R\$631	R\$2.739	R\$7.570
Itaú	R\$47	R\$97	R\$60	R\$45	R\$299	R\$938
Bradesco	R\$13	R\$17	R\$10	R\$128	R\$98	R\$174
Santander	R\$71	R\$62	R\$48	R\$59	R\$237	R\$794
Rabobank	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$1.588
Mercantil do Brasil	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$5	R\$35
Triângulo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$2.562
Safra	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$248

Fonte: BCB; Elaboração Própria.

Há alta diversificação nas instituições financeiras, sendo que, há pelo menos três tipos de bancos privados em cada cidade e os bancos públicos, que são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, presentes em todas elas. Os bancos públicos seguem na liderança da concessão de crédito em todos os municípios, com um distanciamento grande acima do valor concedido pelas instituições privadas.

Importante fazer uma ponte com o já mencionado anteriormente acerca da participação destes bancos no momento da pandemia, já que foram os maiores incentivadores e para que se

conseguisse suprir as necessidades das empresas, a fim de manter empregos e continuar a geração de renda. Nesse momento analisado, o ano de 2020, muito também foi concedido pela Caixa Econômica Federal, o se deve principalmente ao auxílio emergencial que foi feito para mitigar os malefícios trazidos da pandemia.

CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS DIFERENCIADAS NO ESPAÇO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DO TRIÂNGULO MINEIRO (2002-2020).

Este capítulo está dividido em três partes, sendo a primeira responsável pela análise metodológica para construção da base de dados; a segunda seção apresenta indicadores de crédito e de preferência pela liquidez, que foram construídos para análise da dinâmica bancária regional do Triângulo Mineiro e, por fim, apresentar-se-ão os resultados obtidos a partir destas pesquisas.

3.1 - Fonte de dados

A base de dados do Banco Central foi a fonte utilizada nessa pesquisa para retirar os dados correlatos às estatísticas do SFN (Sistema Financeiro Nacional), mais especificamente as Estatísticas Bancárias Mensais por Municípios, chamadas ESTBAN. Importante ressaltar que toda a base de dados aqui colhida foi feita com base no mês de dezembro de todos os anos.

Os dados supracitados advêm das instituições bancárias pertencentes ao SFN e as cidades aqui estudadas são identificadas pela mesma nomenclatura dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As rubricas bancárias a serem contempladas nessa pesquisa resultam da nomenclatura VERBETES, que serão aqui mencionadas de acordo com o grau de relevância dado ao tema a ser discutido, anexando tanto ativos quanto passivos bancários. Esses dados são de extrema importância para se compreender a situação em que as cidades estão em relação ao setor financeiro. Na tabela 1 estão as terminologias expostas pelo Banco Central a serem analisadas aqui.

Quadro 1 - Conceitos utilizados nas Estatísticas Bancárias Mensais por Município.

DATA BASE	Base a que se referem as informações
CODMUN	Codificação interna deste Banco Central do Brasil para cada município
MUNICIPIO	Nome do município
CNPJ	CNPJ da Instituição Financeira
UF	Unidade federativa a qual o município pertence
CODMUN IBGE	Codificação do IBGE para cada município
NOME INSTITUICAO	Nome da Instituição Financeira
AGENCIA	CNPJ da referida agência
AGEN ESPERADAS	Somente no arquivo por município, é a quantidade de agências esperadas da IF
AGEN PROCESSADAS	Somente no arquivo por município, é a quantidade de agências processadas da IF
VERBETES (110 a 907)	Indicam cada um dos itens da Estatística Bancária Mensal e representam a aglutinação de saldos do balancete da data-base correspondente

Fonte: Bacen; Elaboração Própria.

Considerada o quadro 1, foram retirados alguns verbetes que dizem respeito às contas do ativo dos bancos. Dessa forma, quando somados, correspondem aos saldos da oferta de crédito pelas instituições bancárias.

Quadro 2 – Rubricas do ativo

Verbete 160	Operações de Crédito
Verbete 161	Empréstimos e Títulos Descontados
Verbete 162	Financiamentos
Verbete 163	Financiamentos Rurais Agrícolas Destinados ao Custeio e Investimento
Verbete 164	Financiamentos Rurais Pecuários Destinados ao Custeio e Investimento
Verbete 165	Financiamentos Rurais Agrícolas Comercializados
Verbete 166	Financiamentos Rurais Pecuários Comercializados
Verbete 167 e 168	Financiamentos Agroindustriais e Rendas Financiamentos Rurais Agroindustriais

Verbetes 169	Financiamentos Imobiliários
Verbetes 171	Outras Operações de Crédito

Fonte: Bacen; Elaboração Própria.

Ainda no ativo dos bancos, o verbete 130 corresponde aos Títulos e Valores Mobiliários, que é responsável por expor os títulos financeiros, podendo ser de propriedade ou de crédito. Os títulos registrados nessa conta são recomprados pelos bancos no vencimento deles. Portanto, respectivamente, ações ou obrigações.

Por fim, o verbete 120, que corresponde às aplicações interfinanceiras de liquidez, que são os investimentos feitos em outros bancos baseados no CDI³, podendo ser debêntures⁴, compromissadas⁵ etc.

Tratado o ativo bancário, é necessário explicitar quais rubricas componentes do passivo bancário serão utilizadas. Essa consideração nos traz a um verbete que abrange todos os seguintes meios de captação de depósitos: a) depósitos à vista – Governo: Serviços públicos, atividades empresariais; especiais do Tesouro Nacional; saldos credores em contas de empréstimos e financiamentos; b) depósitos à vista – Setor Privado: de pessoas físicas, de pessoas jurídicas, de instituições financeiras, judiciais, obrigatórios para investimentos, vinculados, demais depósitos, saldos credores de contas de empréstimos e financiamentos.

Além das contas financeiras dos bancos, foi trazido ao estudo dados sociais e econômicos dos municípios, como o produto interno bruto (já anteriormente exposto), renda mensal (RAIS), população municipal (IBGE) e número de agências bancárias de cada cidade (ESTBAN), variáveis estas retiradas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todas as variáveis aqui mencionadas estarão compondo os indicadores a serem discutidos nas próximas seções do capítulo, sendo que, quando relacionadas, é possível compreender a dinâmica financeira do Triângulo Mineiro.

3.2 – Indicadores Analisados

³ Mostra os juros médios das operações entre os bancos, se assemelha à taxa de juros básica brasileira, a Selic.

⁴ A debênture é um título de crédito que representa um empréstimo que uma companhia emite junto a terceiros e que assegura a seus detentores direito contra a emissora.

⁵ Uma operação em que o banco assume a responsabilidade de realizar, após certo período, a operação contrária à feita inicialmente.

Visando analisar o processo da evolução do crédito bancário e validar as estratégias adotadas pelas instituições bancárias no Triângulo Mineiro no período de 2002-2020, anexando dados mensais deflacionados com base no ano de 2020, foram construídos sete indicadores responsáveis por comparar a evolução do crédito nos municípios do Triângulo Mineiro anteriormente mencionados.

O **primeiro indicador** refere-se ao Acesso Bancário 1 (AB1), que relaciona o número de agências bancárias e o PIB. Esse indicador, baseado nos estudos de Crocco et al. (2003) tem como objetivo analisar a situação do município em relação à situação da região.

$$ABI = \frac{(N^{\circ} \text{ Agências no Município} / N^{\circ} \text{ Agências Regional})}{(PIB Municipal / PIB Regional)}$$

Esse indicador mostra como as agências bancárias em termos relativos têm participação no PIB das cidades em relação ao PIB regional. Dessa forma, quanto maior esse índice, mais as instituições financeiras acompanham os movimentos de sua participação no produto interno bruto. Assim, espera-se que este indicador seja elevado em regiões mais pobres, o que representa um menor acesso bancário. Municípios com baixo acesso bancário relativo podem sofrer de restrição de crédito por parte do sistema bancário e terem o seu desenvolvimento dificultado, criando um círculo vicioso econômico-financeiro.

O **segundo indicador** refere-se à uma comparação entre a população municipal e o número de agências do município, sendo uma Proxy de acesso bancário, pois pode indicar que, quanto menor a razão população por agência, maior o acesso da população a serviços bancários e, conseqüentemente, maior pode ser a oferta do crédito distribuído na região. Este indicador é medido pelo quociente entre a população das cidades e o número de agências bancárias no município. Nesse caso, quanto menor o valor que este índice assume, menor a presença de habitantes por agências, e conseqüentemente maior tende a ser o acesso ao crédito ofertado dentro desta região, pois o crédito ofertado precisaria ser repartido por menos habitantes. Como já abordado, Chick (1994) mostra que a relação entre bancos e o montante populacional é de suma importância para a obtenção de crédito.

O **terceiro indicador** tratará as operações de crédito nas cidades escolhidas. Esse indicador é a soma dos verbetes anteriormente citados na tabela 2. Ele tem como principal objetivo mostrar a discrepância entre as cidades do Triângulo Mineiro e testar a hipótese de que se tende a ter mais empréstimos em regiões as quais são mais estáveis econômico e socialmente.

O **quarto indicador** associa a questão das operações de crédito e a quantidade de agências por município. Quanto mais elevado o grau dessa razão, mais concentrado é o crédito por unidade bancária.

$$\text{Concentração do crédito} = \text{Operações de Crédito} / \text{N}^\circ \text{ de Agências}$$

O **quinto indicador** aborda a questão da preferência pela liquidez dos bancos anteriormente já mencionada, que identifica quão dispostos os bancos estão em manter recursos líquidos e ilíquidos. De outra maneira, como os bancos se comportam em relação à composição patrimonial diante de opções de compor os ativos de forma mais ou menos líquidas em relação às distintas formas de captação, observadas através dos seus passivos. Além disso, considera-se esta dinâmica entre as cidades centrais e periféricas a fim de compreender as divergências econômicas regionais.

De acordo com Thomazi & Paula (2020), os municípios mais desenvolvidos têm menor preferência pela liquidez e, então, emprestam mais que as cidades de menor dinâmica econômica. Esse indicador foi criado por estudiosos do Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LE-MTe) do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG). Ele é a razão entre os depósitos totais a vista e das operações de crédito totais concedidas, sendo que, supõe-se que quanto maior seu resultado, menor a disposição dos bancos a emprestar naquela região (NOGUEIRA, CROCCO E FIGUEIREDO, 2009). Portanto, a equação matemática contempla-se como:

$$PLB = \text{Depósitos à vista} / \text{Operações de crédito}$$

Assim, a análise empírica a ser feita na próxima seção do capítulo investigará a hipótese de que, bancos de regiões periféricas teriam maiores preferências pela liquidez, ao contrário dos municípios centrais, o que pode destacar uma acentuada distinção na capacidade de oferta do crédito e, assim, do desenvolvimento econômico local.

O **sexto indicador** foi construído à luz do que foi desenvolvido em Oliveira e Araújo (2019). Trata-se do Quociente Locacional do Crédito, o qual abordará a relevância das

operações de crédito e da atividade produtiva nos municípios para a região do Triângulo Mineiro. O QLC é feito pela divisão da participação regional no valor bruto das operações de crédito pela participação regional no PIB. Portanto, a equação é formada:

$$QLC = \frac{(Operações\ de\ Crédito\ Municipal / Operações\ de\ Crédito\ Regional)}{(PIB\ Municipal / PIB\ Regional)}$$

Conforme os autores supracitados, quando encontrado um $QLC > 1$, chama-se então, de uma situação de “sobre-fomento”, que significa que a atividade está relativamente concentrada no município, quando comparada à unidade territorial de referência. O movimento contrário, quando se vê um $QLC < 1$, é chamado de “sub-fomento”, o qual indica que não há concentração da produção quando relativa à região total. Quando o resultado da equação é exatamente igual a 1, constata-se que a concentração vista na cidade é a mesma que a da região analisada. Esse indicador torna possível fazer uma comparação relativa dos municípios com suas regiões e, portanto, analisar a relevância econômica de cada uma.

O **sétimo indicador** analisa a relação entre os títulos e valores mobiliários e a soma total do ativo bancário. Com isso, é possível que se identifique quão representativo são tais títulos em relação ao patrimônio, que, quanto mais alto, mais prefere-se manter liquidez e menos crédito vai para o mercado. Logo, a razão é:

$$Participação\ de\ TVM\ no\ ativo = TVM / Ativo\ Bancário$$

Por fim, será acrescentada a análise das aplicações interfinanceiras de liquidez, as quais dizem respeito aos recursos aplicados para suprir os déficits nas disponibilidades que podem existir, logo, os bancos geram receita sem abdicar da liquidez. Essas são aplicações em outros bancos por meio do indexador CDI, sendo tanto pré ou pós fixados. Trata-se de empréstimos de curtíssimo prazo que os bancos concedem para outras instituições financeiras.

Uma vez explicados os indicadores e seus resultados apresentados na próxima seção deste capítulo, analisar-se-á o desenvolvimento econômico dos municípios e suas distinções regionais, além de constatar se as estratégias bancárias adotadas ao longo do período foram realmente significativas para o estágio de desenvolvimento o qual a região se encontra na atualidade.

3.3 - Resultados

Para iniciar a discussão dos resultados obtidos ao longo da pesquisa desenvolvida, resgata-se a noção de municípios centrais e periféricos anteriormente discutida no Capítulo 1. Sendo assim, nota-se claramente o quão expressivo se faz essa diferença em fatores econômicos e sociais entre os municípios do Triângulo Mineiro.

Nessa análise municipal, é importante observar o salário médio de cada uma delas. Na tabela 2, observa-se esse dado mostrando que, em primeiro lugar, Araxá tem maior renda média mensal, seguida por Uberlândia, Uberaba, Frutal, Ituiutaba, Araguari e, Patos de Minas em último lugar.

Esse dado social não se comporta como os dados econômicos a serem apresentados adiante. Apesar de Uberlândia ter um PIB alto e ser um município desenvolvido, é uma cidade que possui alta desigualdade social devido a concentração de riqueza. As variáveis financeiras que serão apresentadas nessa seção reforçam a dinâmica centro-periferia, mostrando que as cidades centrais têm mais desenvolvimento econômico, mas não necessariamente há uma distribuição igualitária de renda. Já Araxá, com base nos dados apresentados na tabela 2, pode concentrar menos renda internamente, ainda sendo um município periférico que desenvolve menos que os centrais.

Tabela 2. Renda Média no ano de 2020.

Araguari	R\$1.368,64
Araxá	R\$1.589,16
Frutal	R\$1.411,08
Ituiutaba	R\$1.381,33
Patos de Minas	R\$1.363,38
Uberaba	R\$1.488,78
Uberlândia	<u>R\$1.518,00</u>

Fonte: RAIS; Elaboração Própria.

Passando para um indicador econômico, observamos que a distribuição das agências bancárias no Triângulo Mineiro é bastante desigual, conforme na tabela 3. Jayme Jr e Silva (2013) mostram que as cidades que não possuem a quantidade suficiente de agências tendem a ter uma fuga de capital para os municípios maiores, com mais estabilidade e atendimento. Além disso, inclui à discussão novos fatores responsáveis por explicar a diferenciação no interesse de abrir novas unidades bancárias, o que será confirmado no trecho a seguir:

A conclusão preliminar é que a ausência de um padrão claro de distribuição das agências no estado de Minas Gerais pode ser resultado de fatores nunca trabalhados pela literatura, como os políticos e os regulamentares. O primeiro desses fatores refere-se às contrapartidas dadas aos bancos pelo setor privado e público, a fim de estimular a abertura de agências bancárias. (...) Assim, torna-se imprescindível discutir um pouco mais o papel desses fatores na estratégia de localização bancária. Ademais, pode-se averiguar a importância das informações disponibilizadas pelos correspondentes bancários aos bancos. Mais especificamente, quanto maior o potencial do mercado, observado a partir dos dados dos correspondentes bancários, maior será o interesse e o número de agências necessárias para atender a demanda política da região. (JAYME JR. e SILVA, p. 751).

Tabela 3. Número de Agências Bancárias entre 2002 e 2020 nos municípios analisados.

	Araguari	Araxá	Frutal	Ituiutaba	Patos de Minas	Uberaba	Uberlândia
2002	8	8	6	8	11	27	53
2003	8	8	6	8	9	27	51
2004	8	8	6	8	9	27	53
2005	8	8	6	8	10	28	53
2006	8	8	6	8	10	30	53
2007	8	8	6	8	10	30	57
2008	8	8	6	8	11	32	61
2009	8	8	6	8	11	30	61
2010	8	7	6	8	11	31	63
2011	8	7	6	8	13	32	67
2012	8	7	6	8	12	32	75
2013	8	7	6	8	13	33	74
2014	8	7	6	9	13	35	76
2015	7	7	6	8	12	38	76
2016	7	7	6	8	12	37	76
2017	6	5	5	6	11	36	71
2018	6	5	5	6	11	36	70
2019	6	7	5	8	11	35	69
2020	5	6	5	6	10	32	63

Fonte: BCB/ESTBAN; Elaboração Própria

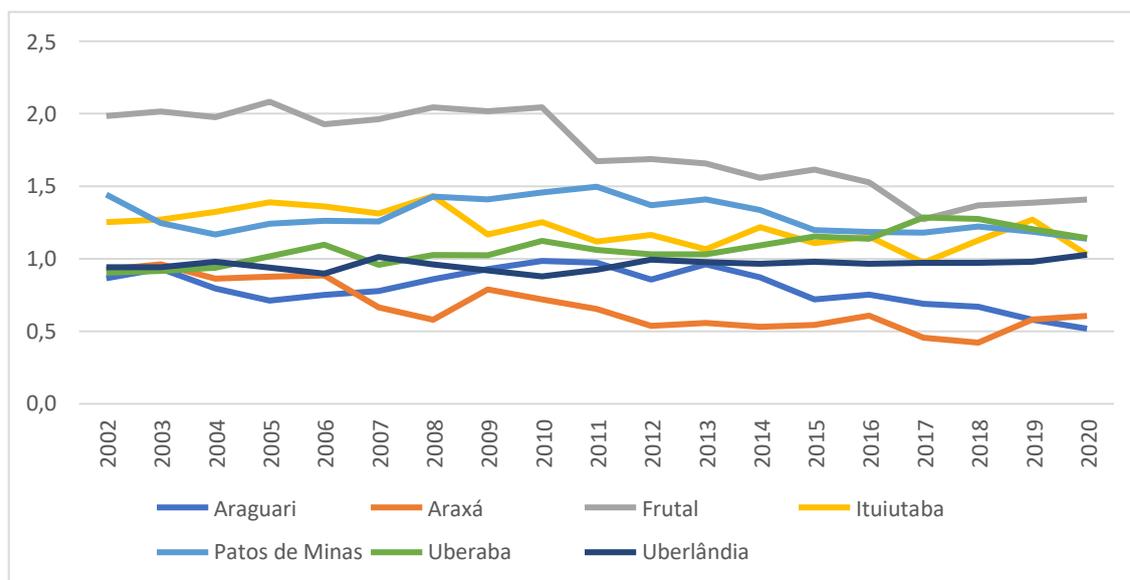
A diferença no número de agências nos municípios centrais e periféricos está em consonância com o dinamismo econômico de cada um deles, confirmando o padrão desigual centro-periferia. Araguari, Araxá, Frutal e Ituiutaba tiveram constância ao longo do período, sem perspectivas de crescimento e queda ao final dele.

Em Patos de Minas foi possível observar uma tentativa de crescimento, o qual pode não ter sido bem-sucedido, já que, como nos outros municípios inferiores, a quantidade de agências bancárias caiu ao final da análise confirmando, portanto, a hipótese de que há fuga de investimentos nos municípios periféricos. Além disso, é importante considerar o aumento do

acesso às *fintechs*⁶ e a praticidade que trouxeram à população, o que, enfraqueceu os bancos principalmente no ano da pandemia, em que a era digital ganhou extrema força.

O desempenho do primeiro indicador, referente ao Acesso Bancário, está apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Acesso Bancário 1 (AB 1)



Fonte: BCB/ESTBAN; FJP; Elaboração Própria.

Frutal, Patos de Minas, Ituiutaba e Uberaba tem o quociente maior que um, significando que o número de agências dos municípios é relativamente maior que o número de agências do Triângulo Mineiro, quando comparado à participação no PIB, logo, a quantidade de agências em relação ao PIB é maior que a média da região. Uberlândia manteve-se em níveis sempre próximos a um, o que leva à compreensão de que a renda circulante nas agências e o PIB municipal, quando comparados à região, crescem numa mesma proporção. Já Araxá e Araguari tem o indicador menor que um, portanto, o número de agências dos municípios é menor que o número de agências do Triângulo Mineiro quando comparado à participação no PIB.

O segundo indicador de acesso bancário mostrará a relação entre a demografia municipal e o número de agências bancárias, como já anteriormente explicado.

⁶Empresas que redesenham o mercado financeiro com processos baseados em tecnologia.

Tabela 4. Acesso Bancário 2 (AB 2) em 2010 e em 2020.

	População 2010	Nº Agências 2010	AB2 2010	População 2020	Nº Agências 2020	AB2 2020
Araguari	111.818	8	13.977	117.825	5	23.565
Araxá	95.393	7	13.627	107.337	6	17.889
Frutal	54.450	6	9.075	58.200	5	11.640
Ituiutaba	98.956	8	12.369	105.255	6	17.542
Patos de Minas	138.710	11	12.610	153.585	10	15.358
Uberaba	295.988	31	9.548	337.092	32	10.534
Uberlândia	615.111	53	9.763	699.097	63	11.096

Fonte: BCB/ESTBAN; IBGE; Elaboração Própria.

A tabela 4 mostra que, obviamente, a população das cidades está sempre em crescimento, porém, é viável analisar em qual proporção ela cresce. Uberaba e Uberlândia aumentaram sua população em 13%, seguido por Araxá com crescimento de 12% e Patos de Minas, com 10%. As demais cidades permaneceram, em média, no patamar de alta de 5%. Em relação as instituições bancárias, vê-se que, exceto por Uberaba e Uberlândia, todas tiveram queda no número de agências, e, correlacionado à já apresentada tabela 3 que mostrou o movimento de todo o período, vê-se que esta situação de queda está presente desde meados de 2016, momento de alta incerteza no país⁷.

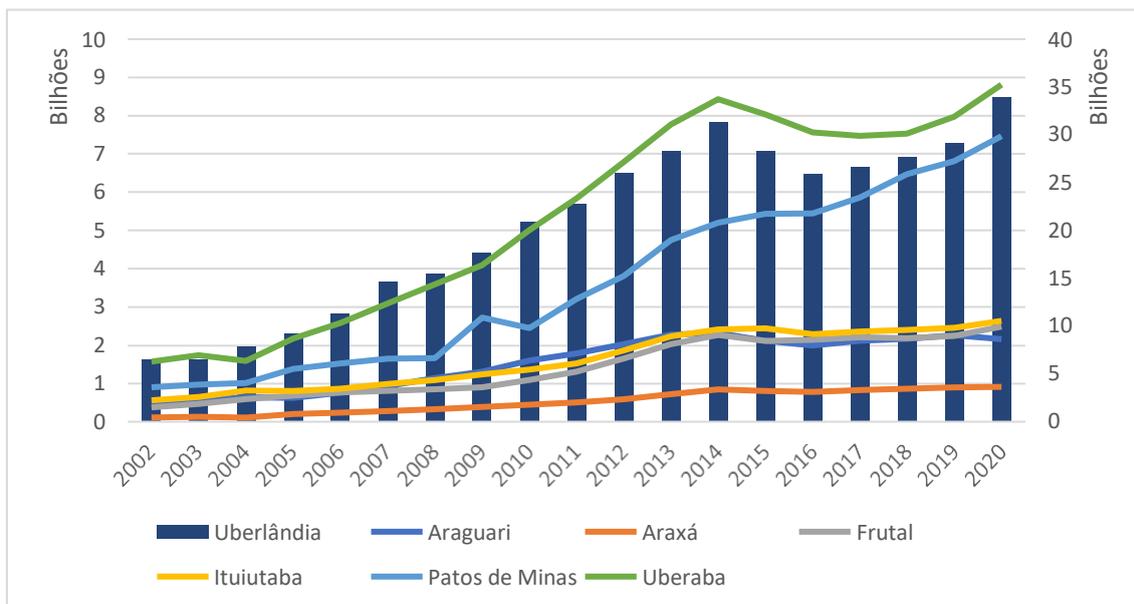
Constata-se que o acesso da população aos bancos está diminuindo, pois o ritmo de crescimento populacional é maior do que o ritmo de crescimento de agências bancárias ou tem havido uma redução do número de agência, o que de fato ocorreu em grande parte dos municípios brasileiros como um todo.

Ao final do período, a razão entre população e número de agências foi maior em todas as localidades, o que leva a concluir que ao passar do tempo, as agências estão dividindo seu atendimento por mais pessoas, o que pode acarretar em exclusão financeira⁸ para um número significativo da população.

Seguindo para o terceiro indicador, o gráfico 5 mostra as operações de crédito feitas nos municípios selecionados durante o período.

⁷ Impeachment da presidenta Dilma Rousseff e posse de Michel Temer.

⁸ A exclusão financeira é analisada na literatura econômica por meio de três dimensões: o acesso ao sistema financeiro, seu uso e a qualidade desse uso. Aqui referimos à exclusão apenas observando ao dado de acesso da população a agências bancárias.

Gráfico 5 – Operações de Crédito

Fonte: BCB/ESTBAN; Elaboração Própria.

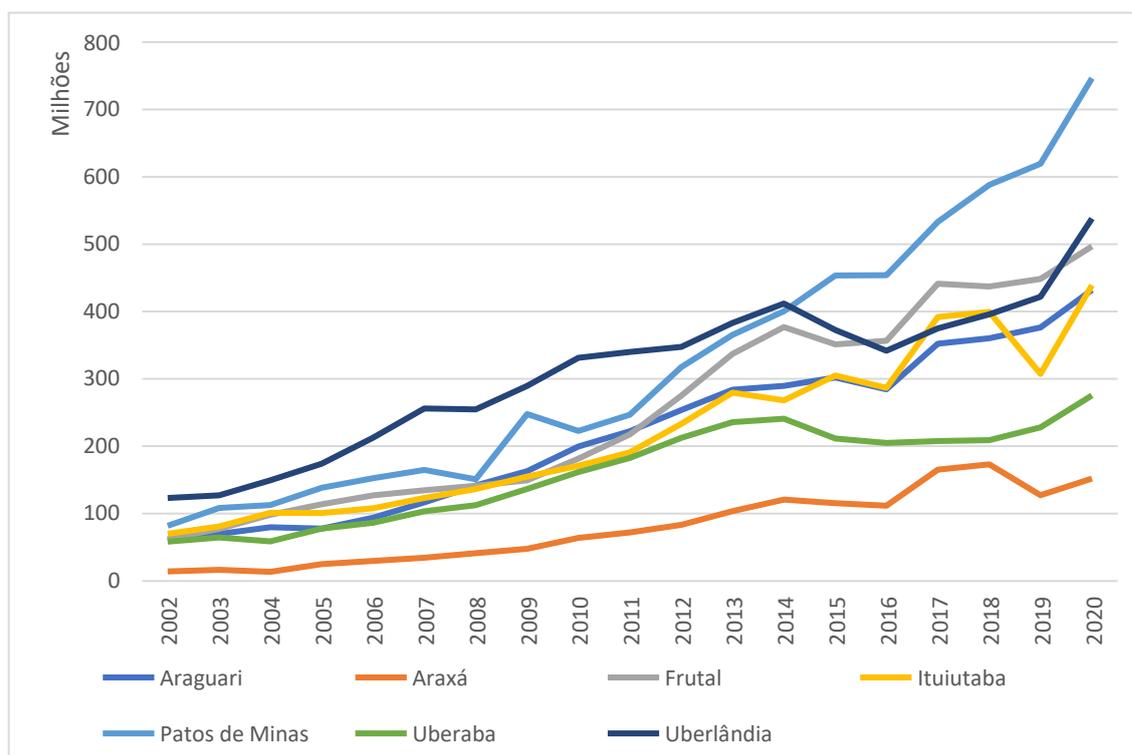
*Deflacionado com base no IPCA de 2020.

*Uberlândia no eixo secundário.

Os dados apresentados no gráfico anterior mostram a discrepância existente na oferta de crédito entre municípios centrais e periféricos. Uberlândia, município central do Triângulo Mineiro, mostrou-se na liderança da concessão creditícia em todo o período, confirmando a teoria de Dow (1987) que, conforme explicada no primeiro capítulo, a população dos municípios periféricos tem mais dificuldade em obter crédito vis-à-vis a do centro.

Ainda nesse aspecto, a divergência observada no gráfico 5 mostra o quanto a periferia esteve posicionada em um lugar conservador durante o período. Ituiutaba, Araguari, Araxá e Frutal reteram mais liquidez que as demais cidades, o que, lembrando novamente Dow (1987), isso pode ser justificado pelas incertezas presentes em tais, sendo que a população dessas cidades buscam maior confiança no centro, levando a fuga de capitais e, portanto, menor incentivo ao investimento.

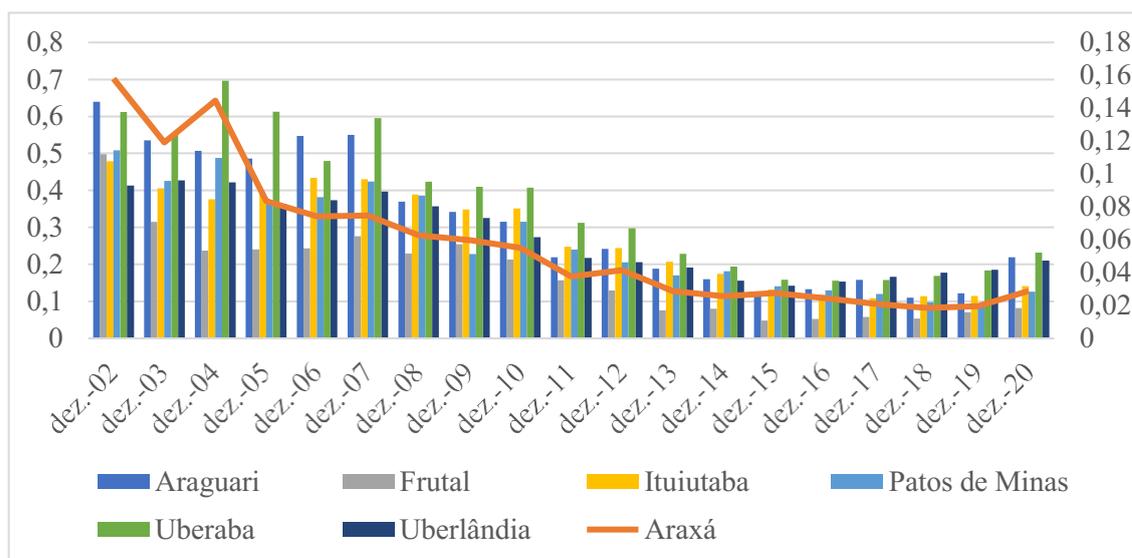
Acerca do indicador de concentração de crédito por agência bancária (gráfico 6), lembrando o anteriormente citado, este se dá pelo quociente entre a oferta de crédito total e a quantidade de agência bancárias em funcionamento. Dessa maneira, quanto maior o volume de crédito ofertado por agência bancária, mais concentrada é a localidade e, portanto, quanto menor esse índice, mais os bancos dividem a oferta de crédito.

Gráfico 6 – Concentração do Crédito.

Fonte: BCB/ESTBAN; Elaboração Própria
 *Deflacionado com base no IPCA de 2020.

Nesse caso, é perceptível que a concentração de crédito ofertado por agências bancárias é extremamente alta em todos os municípios. Isso se explica pela ideia de que o aumento na quantidade de agências bancárias de 2002-2020 foi abaixo do valor total ofertado de crédito. Esse resultado aponta que mesmo o número de habitantes por agência bancária ser crescente (tabela 4), o mesmo número de agências bancárias conseguiu aumentar o crédito ofertado sem precisar abrir novas unidades. Ainda que muito concentrado nas agências bancárias das cidades, os empréstimos ofertados estiveram sempre em números progressivos.

A preferência pela liquidez dos bancos apresentada pelo quociente entre os depósitos à vista e as operações de crédito está apresentada no gráfico 7. Esse índice tende a ser menor naqueles municípios de dinâmica econômica maior, logo, quanto mais próximo de zero for esse indicador de preferência pela liquidez bancária, maior a dinâmica de crédito na região.

Gráfico 7 – Preferência pela Liquidez dos Bancos.

Fonte: BCB/ESTBAN; Elaboração Própria *Nota: Dados de Araxá sendo localizados no eixo principal do gráfico. As demais cidades estão no eixo secundário, a fim de melhor visualização.

Araxá mostra-se com a maior retenção de liquidez de todas as cidades analisadas, permanecendo sempre em níveis muito mais altos que as demais. Durante o período analisado, constata-se que a queda esteve presente em sua maioria em todas as cidades, o que leva à compreensão de que ao longo do tempo os municípios tornaram-se mais emprestadores de crédito, que pode ser explicado pelas tentativas governamentais de manter as linhas de crédito abertas para estimular a economia.

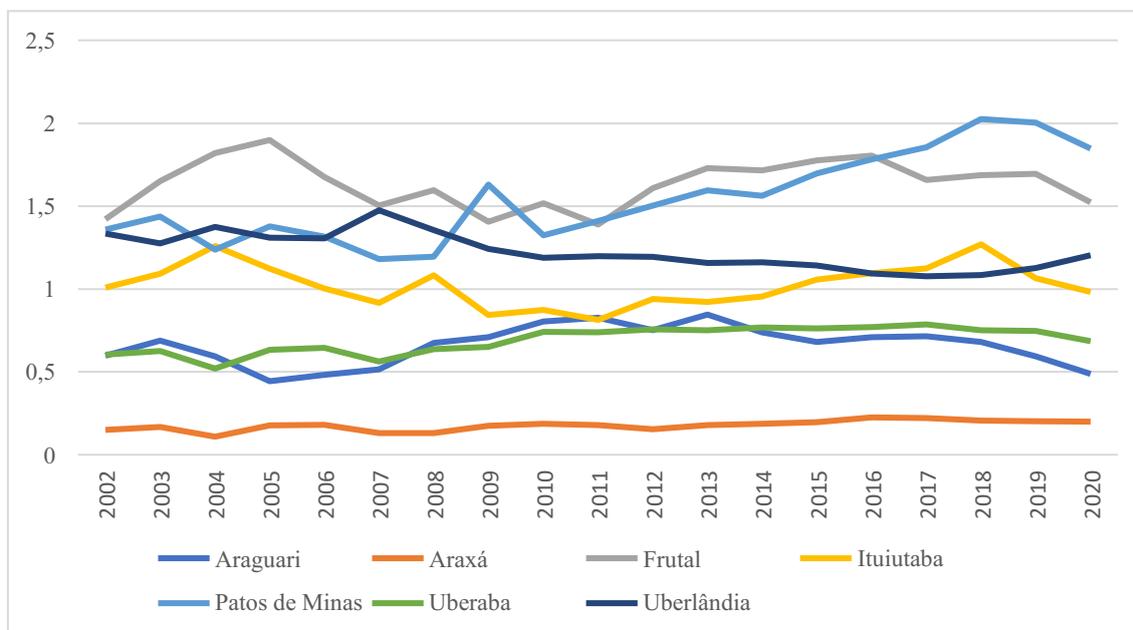
O final do período, a partir de 2017, vê-se que há uma certa freada e aumento da preferência pela liquidez, o que era um período de bastante incerteza no país, sendo que se encontrava em um estado de pós impeachment e recente posse do novo presidente, Michel Temer.

Em 2020, importante destacar o comportamento de Araguari, cidade periférica na qual mais que dobrou seu índice de preferência pela liquidez. Isso pode ser explicado pelo efeito da pandemia da Covid-19, que instaurou situações anteriormente nunca vistas de bastante incerteza. Dessa forma, a cidade manteve-se em patamares maiores de manutenção de liquidez, o que é explicado por um aumento na quantidade de depósitos à vista, já que, como explícito no gráfico 6, as operações de crédito nessa cidade não diminuíram.

Outro fato que chama atenção é o fato de Frutal estar sempre com a preferência pela liquidez dos bancos em níveis menores que as cidades centrais, como Uberaba e Uberlândia. Esse movimento pode significar uma tentativa de maior inserção econômica e incentivos ao desenvolvimento da cidade.

Partindo para o próximo índice, o Quociente Locacional do Crédito mostrará o nível de concentração relativa da atividade de operações de créditos nos municípios em relação à atividade produtiva no Triângulo Mineiro.

Gráfico 8 – Quociente Locacional do Crédito.



Fonte: BCB/ESTBAN; FJP; Elaboração Própria.

De acordo com o tratado na segunda seção deste capítulo acerca desse indicador, tem-se que sendo ele maior que 1, é uma situação de sobre-fomento, logo, as operações de crédito estão concentradas no município. Quando é menor que 1, é sub-fomento, não havendo concentração quando relativa à região total. Quando o resultado da equação é exatamente igual a 1, constata-se que a concentração vista na cidade é a mesma que a da região analisada.

Araxá, Araguari e Uberaba permanecem durante todo o período analisado abaixo do nível 1, portanto, estão em sub-fomento. Isso significa que a quantidade de operações de crédito nesses municípios não é concentrada em comparação à da região.

Já a cidade de Ituiutaba, entre oscilações permanece no patamar de QLC = 1, o que quando os empréstimos municipais comparados ao total da região estes têm certa proporcionalidade, como também ao PIB municipal e da região.

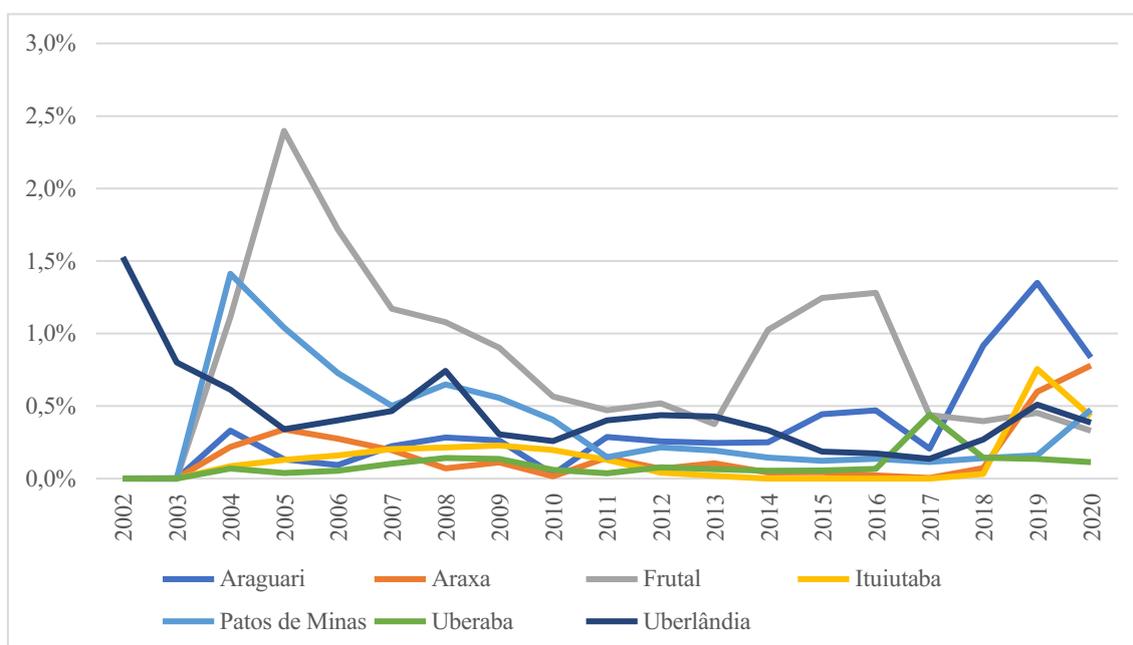
Uberlândia, Patos de Minas e Frutal encontram-se em patamares maiores que 1, e, assim, são cidades concentradoras de crédito em relação à região. Esse resultado cabe ser analisado juntamente com o gráfico 7, correspondente ao índice da preferência pela liquidez. Dessa forma,

confere-se que estas cidades tiveram pouca preferência pela liquidez durante o período, portanto, são mais propensas a possuírem maior destaque no QLC.

Nesse caso, as duas últimas cidades citadas, que são periféricas, podem então, tentar uma paridade com regiões mais centrais, e obter um ambiente econômico menos desigual. Porém, isso ocorre apenas em duas cidades periféricas do Triângulo Mineiro. Dessa maneira, tem-se certa ausência nessa tentativa, estimulando ainda mais a reprodução do mesmo ciclo vicioso que contribui para estas desigualdades socioeconômicas.

O próximo indicador a ser apresentado, explica como os títulos e valores mobiliários se comportaram ao longo do período.

Gráfico 9 – Participação dos Títulos e Valores Mobiliários no ativo - %.



Fonte: BCB/ESTBAN; Elaboração Própria.

Em relação à participação dos títulos e valores mobiliários, é possível perceber que os seus picos são em momentos de incerteza, indicando que os bancos preferem reter ativos mais líquidos, como o caso dessas aplicações especulativas, em fases de reversão do ciclo econômico.

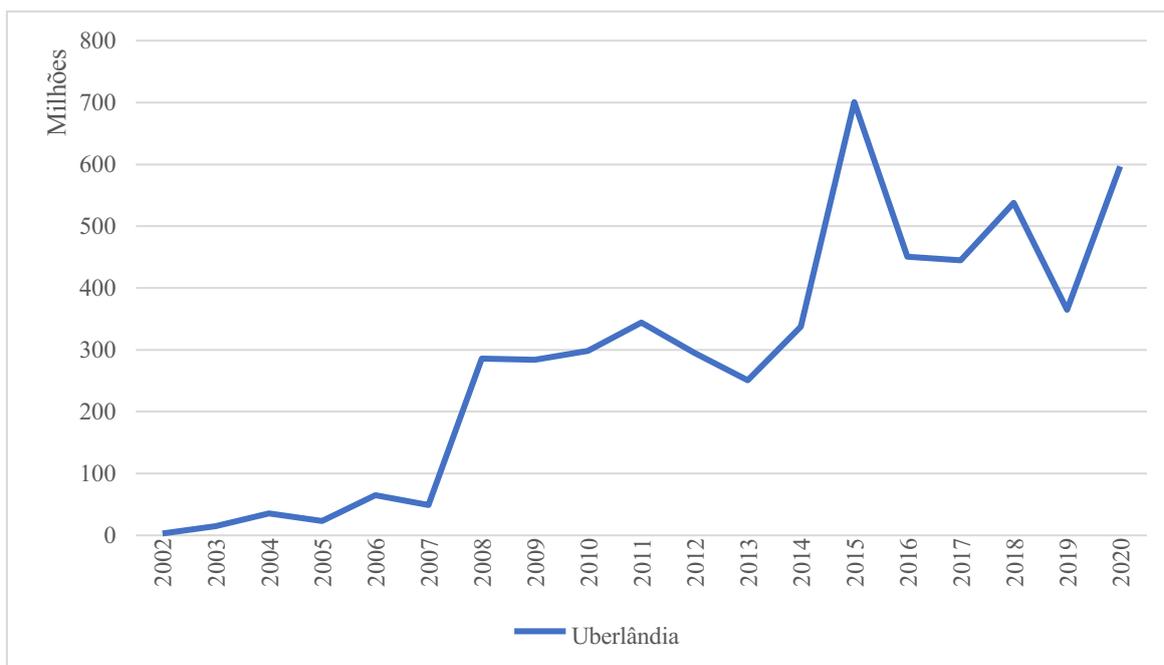
Nos anos de 2002 e 2003 essa relação só é representativa para o município de Uberlândia, sendo que para as demais localidades, tal dado não importa nesses anos iniciais da pesquisa, pois têm seus valores zerados.

Esse indicador tem destaque nas cidades de Frutal, seguido por Uberlândia e Araguari, estando os outros municípios em patamares menores. As cidades periféricas têm os títulos e

valores mobiliários mais concentrados nos bancos públicos, principalmente no Banco do Brasil, que também se comporta como um banco de varejo que especula diante de momentos de incerteza. Já a cidade de Uberlândia tem maior divisão desse dado entre bancos públicos e privados, com importância relativa no Banco do Triângulo.

O índice mostra uma dinâmica de composição do ativo, correlacionada à preferência pela liquidez menor em Frutal. Isso se dá pela atuação do Banco do Brasil em momentos de incerteza quanto à concessão de crédito, por isso, ele entra com a especulação em títulos e valores mobiliários nessas situações. Dessa forma, nesse município periférico, constatou-se menor preferência pela liquidez, sendo uma exceção em relação aos demais municípios periféricos analisados.

Gráfico 10 – Aplicações Interfinanceiras de liquidez (R\$ Milhões).



Fonte: BCB/ESTBAN; Elaboração Própria.

Uberlândia por ser uma cidade dinâmica, ainda tem um adicional aos títulos e valores mobiliários que correspondem as aplicações interfinanceiras de liquidez, equivalentes aos empréstimos de curtíssimo prazo, configurando, portanto, operações especulativas, assim como o indicador anterior. O gráfico 10 está destacado apenas as operações de Uberlândia, isso porque, nos demais municípios não são identificadas tais movimentações. É interessante considerar os picos destas aplicações nesse período, constatando que, em momentos de crise, como 2008 e 2015, foi notado um aumento significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi aplicado as teorias de Keynes e dos Pós-Keynesianos aos dados financeiros das cidades do Triângulo Mineiro, considerando a conjuntura econômica de cada uma delas. Na ideia de frisar o papel da moeda para o desenvolvimento econômico da região, é importante considerar que ela não é neutra, e, portanto, interfere no sistema econômico pelos empréstimos fornecidos pelos bancos, o que permite apontar o canal para o estímulo do investimento. Ademais, utilizou-se da abordagem supracitada a importância da preferência pela liquidez dos bancos, que influencia de maneira direta no desenvolvimento econômico. (Cavalcante et al., 2004)

Os empréstimos de longo prazo são marcados por maior risco devido a incerteza advinda da passagem do tempo, o que leva os bancos à uma tentativa de conhecer seus clientes a fim de mitigar tais riscos de pagamento da dívida. Posto isso, tendo a população maior acesso ao sistema financeiro e uma relação mais interpessoal com os agentes bancários, possivelmente seria constatado uma maior acessibilidade ao crédito, levando vantagens à dinâmica econômica da região. (DOW, 1992)

Essa teoria é afirmada quando se toma os resultados do acesso bancário 2, constatando que ao longo do tempo, o nível de crescimento populacional é grande, e por outro lado, redução do número de agências bancárias. Com isso, ao longo da análise, viu-se que o quociente entre população e número de agências foi maior em todas as localidades.

As operações de crédito estiveram sempre em crescimento durante o período analisado, e, Uberlândia se manteve sempre no maior patamar, seguida por Uberaba e Patos de Minas. Dessa maneira, confirma-se mais uma vez a tendência de se ofertar mais crédito nas regiões centrais. Juntamente com isso, é importante analisar que o número de agências bancárias não cresceu significativamente entre 2002-2020. Dessa forma, conclui-se que o mesmo número destas instituições conseguiu elevar a oferta de crédito sem a necessidade de abrir novas agências, mesmo aumentando a concentração de crédito.

Uma análise interessante a ser acrescentada na pesquisa é o dado acerca da participação das fintechs no setor bancário. Fato esse que, proporciona grande agilidade e tecnologia na obtenção de crédito, o que pode ser adicionado posteriormente no estudo.

O índice da preferência pela liquidez mostrou que a cidade principal do Triângulo Mineiro, Uberlândia, esteve na maior parte do tempo em baixos índices. Porém, a cidade periférica Frutal manteve-se também em baixos patamares e, além disso, em certos momentos

permaneceu com menor preferência pela liquidez que Uberlândia. Isso se deu pela ação dos bancos públicos na cidade, o que foi corroborado considerando o índice da participação dos títulos e valores mobiliários em relação ao ativo. Esse indicador mostrou que em momentos de incerteza, principalmente o Banco do Brasil, atuou na cidade por meio da especulação em títulos e valores mobiliários.

É indubitável que Uberlândia apresenta-se como município principal da região, isso considerando PIB, população e operações de crédito. No índice do quociente locacional do crédito, foi a cidade que mais manteve-se constantemente próxima a um, o que é possível concluir que as estratégias bancárias estão seguindo proporcionalmente o crescimento do PIB total da região.

Ainda assim, é importante que se analise mais profundamente os municípios periféricos, já que estes mostraram alguns resultados diferentes do esperado, como a preferência pela liquidez. Dessa forma, é possível que, prematuramente entenda que há uma tentativa de melhora e maior desenvolvimento econômico de tais. Além disso, seria interessante incluir os anos seguintes à pandemia da COVID-19 para compreender como as estratégias bancárias se mantiveram no maior momento de incerteza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, A. Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não-neutralidade da moeda. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 44-81, 2000.
- AMADO, Adriana M. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 27, n. 3, p. 417-440, 1998.
- ANDRADE, Rogerio P. de. O eterno retorno de Keynes. Revista de Economia Contemporânea, v.18, p. 147-153, 2014.
- ARIENTI, Patrícia FF. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. Ensaios FEE, v. 28, n. 2, 2007.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL . Evolução Recente do Crédito no SFN. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/covid19_docs/Evolucao_Recente_do_Credito.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL . II – Juros e Spread Bancário – Evolução Recente. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pec/seminarioEcoBanCre/port/II%20-%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20-%204JSB.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL . Instrumentos Financeiros. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/manual/09021771869a1a38.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL . Recomendações de Basileia. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia>. Acesso em: 9 dez. 2022.
- BDTD. AS AGÊNCIAS BANCÁRIAS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: UM ESTUDO EMPÍRICO DESSA CORRELAÇÃO. Disponível em: <https://bdttd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2993/5/GiuseppeGavianoDissertacao2022.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- CAMARGO, Leonardo de Carvalho et al. Marx, Keynes e Minsky: a supremacia das finanças no capitalismo contemporâneo. Tese (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia. 2009.
- CAVALCANTE, A; CROCCO, M; e JAYME JUNIOR, F. D. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.
- CAVALCANTE, Carolina Miranda. Da Compatibilidade Entre Escolas de Pensamento Heterodoxas: Economia Pós-Keynesiana e Velha Economia Institucional. Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, v. 29, n. 1 (53), 2018.
- CHICK, V. & DOW, S.C. “A Post-Keynesian Perspective on the Relation Between Banking and Regional Development”. In Arestis, P. (ed.), Post Keynesian Monetary Economics. Aldershot, Elgar. 1988.

CHICK, Victoria. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. *Ensaio Fee*, v. 15, n. 1, p. 9-23, 1994.

CORRÊA, V. P. & dos SANTOS. Modelo de crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites, in CORRÊA, V.P. (org), *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro – Coleção Projetos Para o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2013.

CROCCO, M. [et al]. *Desenvolvimento Econômico, preferência pela liquidez e acesso bancário: um estudo de caso. Texto para discussão n° 192*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003.

CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. *O Sistema Bancário Brasileiro: Reestruturação, Participação do Capital Estrangeiro e Perspectivas*. V Reunión de Economía Mundial (2003)., 2003.

DE CARVALHO, Fernando J. Cardim. *A economia keynesiana e a moeda na economia moderna*. *Novos Estudos*, v 83. 2006.

DE PAULA, Luiz Fernando; OREIRO, José Luís. *Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro*. *Revista de Economia Política*, v. 28, p. 1, 2008.

DOW, S. C; *The regional composition of the Money multiplier process*. *Scottish Journal of Political Economy*, Essex, n.29, n.1, p.22-44, Feb.1982.

DOW, S. C; *The regional financial sector: a Scottish case study*. *Regional Studies*, Oxfordshire, v.26, n.7, p.619-31, 1992.

DOW, S.C. “*The Treatment of Money in Regional Economics*”. *Journal of Regional Science*, vol. 27, n° 1, 1987.

FJP. *Fundação João Pinheiro apresenta resultados do PIB dos municípios mineiros*. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/fundacao-joao-pinheiro-apresenta-resultados-do-pib-dos-municipios-mineiros/#:~:text=PIB%20per%20capita%20%E2%80%93%20O%20munic%C3%ADpio,queda%20para%20R%24%20225%20mil.> Acesso em: 12 set. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional*. EDUFU, 2020.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, juros e dinheiro*. Cambridge: Macmillan. v.7. (O coletado writings de John Maynard Keynes). 1936.

Keynes, J. M. *The General Theory and After: defense and development* (CWJMK, v. XIV). London: Cambridge University Press. 1973.

MENDONÇA, Ana Rosa R.; NAPPI, Joseli F. e CUBERO, Marília C. *Medidas de enfrentamento da crise econômica gerada pela COVID-19 no Brasil: Uma análise preliminar dos efeitos sobre o crédito*. In *Anais do XIII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*, setembro. 2020.

MINSKY, HYMAN P. PH.D., "Stabilizing an Unstable Economy". *Hyman P. Minsky Archive*. 144. https://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/144 1986.

MORA, Mônica. *A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010*. IPEA, Rio de Janeiro. 2015.

MUNHOZ, V. C. V. Polarização Regional e Sistema Financeiro: um Estudo Comparativo Entre as Sedes das Macrorregiões Brasileiras e Suas Áreas Polarizadas. IPEA, Categoria Demais Profissionais, Março, 2007.

NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T. L. Estratégias bancárias diferenciadas no território: o caso de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. (Texto para Discussão, n. 345).

OLIVEIRA, F. C.; DE ARAUJO, V. L. Crédito bancário e desenvolvimento regional: novos apontamentos para os anos. 2019.

PAULA, Luiz Fernando de; ALVES JÚNIOR, Antonio J. Comportamento dos bancos e ciclo de crédito no Brasil em 2003-2016: Uma análise pós-keynesiana da preferência pela liquidez. Revista de Economia Contemporânea, v. 24, 2020.

PUGA, Fernando Pimentel. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. 1999.

ROMERO, João Prates; JAYME JR, Frederico Gonzaga. Crédito, preferência pela liquidez e desenvolvimento regional: o papel dos bancos públicos e privados no sistema financeiro brasileiro (2001–06). Ensaio FEE, v. 34, n. 1, 2013.

SCIELO. Competição Bancária: Comparação dos Comportamentos de Bancos Públicos e Privados. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/TcgtC5LxP39QT7wsTXnJSyx/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; JAYME JR, Frederico Gonzaga. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao estado de Minas Gerais. Economia e Sociedade, v. 22, p. 729-764, 2013.

SILVA, T. L.; JORGE NETO, P. M. Economia de escala e eficiência nos bancos brasileiros após o Plano Real. Estudos Econômicos, v. 32, n. 4, p. 577-619, 2002.

TODA MATÉRIA. Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/triangulo-mineiro/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

UFRGS. 103 Análise Econômica, Porto Alegre, v. 38, n. 75, p. 103-130, mar. 2020. DOI: [dx.doi.org/10.22456/2176-5456.73601](https://doi.org/10.22456/2176-5456.73601) Uma Análise da Desigualdade do Crédito entre os Municípios do Estado do Rio de Janeiro: 2000-2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/73601/56888>. Acesso em: 15 nov. 2022.